



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022**

O **MUNICÍPIO DE SALGUEIRO/PE**, através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 002/2022, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por item(rota) conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS : 30 de novembro de 2022 às 08h00min, horário de Brasília.**  
**Encerramento de recebimento das propostas: 16 de dezembro de 2022 às 08h00, horário de Brasília.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16 de dezembro de 2022 às 09h00, horário de Brasília.**

**SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:** [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico:  
<https://www.salgueiro.pe.gov.br/servicos-licitacoes.html>

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de transporte escolar dos estudantes da rede pública de ensino do Município de Salgueiro-PE a fim de suprir as necessidades da Secretaria de Educação bem como, atender de forma complementar alunos da Fachusc, IFPE e outras instituições de ensino do interesse do município, conforme detalhamento deste Termo de Referência.

1.2. A licitação será por item (rota), conforme planilha orçamentária constante na Proposta de Preço, tendo como valor máximo para esta licitação R\$ 9.997.645,58 ( nove milhões novecentos e noventa e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

1.2.1. Os itens: 07, 53, 65, 71, 81, 84, 88 estão reservados à participação exclusiva de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação da LC nº 147/2014. Os demais itens estão abertos a ampla concorrência aos interessados que atendam aos requisitos definidos no presente edital e seus anexos.

1.3. Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:



- I - Termo de Referência/Detalhamento de rotas/Mapas Georreferenciadas//Memória de Cálculo (composição de custos)/Memorial Descritivo.
- II - Modelo de Propostas de Preços;
- III - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;
- IV - Declaração de Enquadramento e Cumprimento ao Requisitos da LC 123/2006;
- V – Declaração Cumprimento dos Requisitos Legais
- VI - Minuta do Contrato;

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico,

observados data e horário estabelecidos neste Edital.

2.3. Ficarão impedidas de participar:

2.3.1. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

2.3.2. As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

2.3.3. Em dissolução ou em liquidação;

2.3.4. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

2.3.5. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

2.3.6. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.3.7. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.3.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.10. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

2.3.11. Empresas das quais participe no quadro societário, pessoa física com qualquer vínculo empregatício com o Município de Salgueiro/ PE.

2.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.



### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

3.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras;
- b) Declaração de cumprimento das condições do edital, conforme modelo constante no Anexo II do presente edital.
- c) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras,

3.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014.

### **4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

4.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;



## **5. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:**

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.4 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

5.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como se firme verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão,



ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e global estimados do objeto;
- b) Descrição do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo e as especificações dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços;
- c) Até o horário previsto para o encaminhamento da Proposta de Preços, deverá o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem proceder qualquer tipo de identificação, enviar em anexo no sistema, sua proposta, com todas as especificações e composições constantes no termo de referência, além de valores unitários e valores totais.

6.6. É possível que o licitante apresente proposta para mais de uma rota. Todavia, no caso do microempreendedor individual (MEI), este deverá estar ciente de que, caso seja vencedor em mais de dois itens (rota) será contratado respeitando as limitações impostas pelo art. 18-C da LC 128/08. Assim como, se o seu faturamento anual ultrapassar o montante de R\$ 81.000,00, haverá o seu desenquadramento na categoria, nos termos do art. 18-A, §7º, III, da LC nº 123/06.

6.7. O desenquadramento da categoria do microempreendedor individual NÃO DÁ DIREITO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO em virtude de quaisquer custos tributários ou de qualquer espécie que o prestador de serviço venha a suportar pela mudança de categoria.

6.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

## **8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

8.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente



por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (referente ao VALOR GLOBAL), limitado ao máximo custo fixo e custo quilométrico (em vias pavimentadas e vias não pavimentadas) estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para cada tipo de veículo, conforme Termo de Referência e anexos, não havendo lances com valores iguais ou inferiores, os licitantes serão desclassificados;

8.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.

8.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.9. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.10. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes.

8.11. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeira. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.13. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.14. O sistema identificará os preços ofertados pelas ME/EPP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

8.15. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



8.16. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no sub item anterior.

8.17. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

8.18. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

8.19. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

8.20. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

8.20.1. Produzidos no País;

8.20.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

8.20.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.21. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, via sistema BNC, para o qual os licitantes serão convocados.

8.22. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, a Pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.1.1. O valor GLOBAL da proposta de preços esta limitado ao valor estimado da contratação constante no Termo de Referência;

9.1.2. A parcela da proposta referente aos Custos Fixos ou aos Custos Variáveis pode superar em até 20% (vinte por cento) a respectiva parcela orçada neste processo, desde que o limite global do item/ rota seja respeitado;





- 9.2. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.3 A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para execução do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente;
- 9.4. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 9.5. Nessa situação, A Pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.6. A Pregoeira efetuará o julgamento das Propostas avaliando os preços obtidos e após parecer técnico da Secretaria demandante;
- 9.7. Todo o processamento e julgamento das propostas de preços e da documentação de habilitação estarão sob a égide da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, no que diz respeito às microempresas e empresas de pequeno porte e, ainda, de acordo com as regras definidas no edital;
- 9.8. Durante os trabalhos de julgamento das propostas de preços e da documentação de habilitação, a Pregoeira poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato, conforme § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 9.9 . Como resultado das diligências, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos necessários para apurar fatos existentes na época da licitação, concernentes à proposta de preços ou à documentação de habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.
- 9.10. O julgamento será efetuado pelo MENOR PREÇO por item(rota), limitado ao máximo custo fixo e custo quilométrico (em vias pavimentadas e vias não pavimentadas) estabelecidos pela Secretaria de Educação para cada tipo de veículo, conforme Termo de Referência desta licitação;
- 9.11. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes
- 9.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para execução do objeto do contrato;
- 9.13. A elaboração da composição de custos deverá traduzir os custos do transporte escolar de forma coerente e objetiva, em sintonia com a memória de cálculo, que deverá ser de fácil entendimento, assim como os referenciais de preços utilizados deverão constar nas composições para validar os custos orçados.





## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.2. Constatada a existência de sanção, A Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

10.4. Para a habilitação, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta os documentos de habilitação a seguir relacionados, exclusivamente para o sistema BNC, na aba específica, após o cadastramento da proposta inicial (**art. 25 e 26 do DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**) e deverão estar com prazo vigente, na data definida para a sessão pública, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação onde será realizado o Pregão, à vista dos originais, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

### **10.5. Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador (es);

c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

d) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do (s) seu(s) administrador(es);

e) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

10.5.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;



#### **10.5.1.1. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

10.5.1.1.2. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

10.5.1.1.3. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e art. 4º §1º do Decreto Federal nº 8.538/2015. **Considera-se restrição, ensejando a aplicação do § 1º, do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 126/2006, a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal e trabalhista, pela Pregoeira, na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.**

#### **10.5.2. Relativos à Qualificação Técnica**

- a) Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto (serviço de transporte de alunos e/ou passageiros), de acordo com o definido no art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.5.2.1. A Pregoeira poderá promover diligência nos termos do Acórdão 994/2013, se entender relevante, visando apurar a veracidade do atestado de capacidade técnica apresentado nos termos do subitem 13.03.02, podendo, inclusive, solicitar a apresentação de notas fiscais, contratos ou outros documentos que julgar necessários, sujeitando-se à licitante às penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, sem prejuízo de outras cominações legais cabíveis, acaso apurada a irregularidade.

#### **10.5.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

- a). Balanço patrimonial, **exceto o (MEI) Micro Empreendedor Individual**, e demonstrações contábeis do último exercício fiscal, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, de acordo com o arts. 1065, 1078, 1184 e 1186 da



Lei Federal nº 10406 de 10.01.2002 – Código Civil, registrado no órgão competente, juntamente com seus termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, para aqueles que já completaram o seu primeiro exercício social, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, e as empresas constituídas durante o ano corrente deverão, obrigatoriamente, apresentar o balanço inicial ou de abertura;

a.1). As microempresas, as empresas de pequeno porte e as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, o qual não pode ser substituído por nenhum outro documento;

a.2). As Sociedades submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme previsto no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e que pela legislação pertinente à Receita Federal do Brasil sejam obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar os seguintes documentos emitidos pelo próprio sistema de escrituração digital relativos às demonstrações contábeis já exigíveis nos termos da lei:

a) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;

b) Balanço Patrimonial;

c) Demonstração do Resultado do Exercício;

d) Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital

a.3). Serão considerados autenticados os livros contábeis transmitidos pelas empresas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, na forma prevista pelo Decreto nº 8.683/2016, cuja autenticação será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED;

a.4). A licitante deverá apresentar **memorial de cálculo**, com base no Balanço do último exercício social, comprovando a boa situação financeira da empresa, de acordo com os seguintes índices:

			<u>AC</u>
a) Liquidez Corrente	LC	=	PC
			<u>AC + RLP</u>
b) Liquidez Geral	LG	=	PC + ELP
			<u>AT</u>
c) Solvência Geral	SG	=	PC+ELP

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

RLP – Realizável a Longo Prazo

ELP – Exigível a Longo Prazo

PL – Patrimônio Líquido

AT - Ativo Total

ET – Exigível Total

a.5.) Os licitantes cujos balanços estiverem com índices inferiores a 1 (um) poderão comprovar sua qualificação através da comprovação de que possuem um Capital Social ou Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do



valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por meio de índices oficiais;

b) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento;

b.1) . A licitante cuja certidão seja POSITIVA e obtiver a recuperação pela via judicial, deverá juntar a Certidão Narrativa com a decisão emitida pelo órgão do judiciário que a concedeu;

9.5.4.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

#### **10.5.4. Documentos Complementares:**

##### **a) Declaração de Cumprimento dos Requisitos Legais – Anexo V**

10.5.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.5.6. No julgamento da habilitação, A Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.5.7. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante legal da licitante e envio mediante sistema eletrônico;

10.5.8. Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado à Pregoeira ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

10.5.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação ou mediante diligência deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.5.10. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.11. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados

10.5.12. As certidões emitidas por meios eletrônicos com prazo de validade vencido, ensejarão verificação pela



Equipe de Apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos o respectivo documento;

10.5.13. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e, não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada, respeitado as condições da LC 123/2006 e alterações;

10.5.14. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.5.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.5.16 A declaração do vencedor de que trata o subitem anterior acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.5.17. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.5.18. Se a documentação de habilitação não estiver completa, estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, deverá o Pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejem a aplicação da LC 123/06

10.5.19. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

## **11. DAS MICROEMPRESAS E EPPs E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

### **11.1. Da Opção pelo Tratamento Diferenciado Instituído pela LC Nº 123/2006**

11.1.1. As licitantes que optarem pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações deverão apresentar declaração, conforme modelo disposto no Edital, acompanhado da documentação comprobatória de seu enquadramento como Microempreendedor Individual – MEI ou Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

11.1.1.1. Não poderão solicitar o tratamento diferenciado as empresas que exerçam entre suas atividades aquelas definidas no art. 17 e seus incisos;

11.1.2. Nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei Federal nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no



Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso desde que:

11.1.2.1. No caso de microempresa individual, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a

R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);

11.1.2.2. No caso de microempresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a

R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais);

11.1.2.3. No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) e igual ou inferior a

R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

11.1.2.4. Nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e os resultados nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

11.1.2.5. As licitantes deverão comprovar que a receita bruta auferida no ano calendário anterior não ultrapassou os limites previstos no art. 3º da LC nº. 123/2006 e alterações

11.1.2.6. No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite de valor para fins de enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa individual ou a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses (§ 2º do art. 3º da LC nº. 123/2006 e alterações);

11.1.2.7. Para fins de determinação da receita bruta auferida, poderá ser considerado o regime de competência ou de caixa, mantido o critério para todo o ano-calendário (art. 4º, § 2º da Instrução Normativa SRF nº. 608, de 09 de janeiro de 2006;

11.1.2.8. Não se incluem no regime diferenciado e favorecido, as empresas que se enquadrem no disposto no art. 3º, § 4º, da LC nº. 123/2006.

11.1.3. O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados (art. 3º da LC nº. 123/2006 e alterações);

11.1.4. A documentação comprobatória de que se enquadram no tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, ou seja, através da apresentação de opção pelo Simples Nacional, bem como, ainda, a apresentação do balanço patrimonial para verificação do possível atendimento ao estabelecido na Lei Complementar em tela, verificando o atendimento aos requisitos legais de receita bruta (art. 3º, I e II) e a não incidência;

11.1.5. A Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da empresa, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no DOU no dia 22/05/2007, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame, substitui os documentos exigidos no item supracitado. **11.1.5.1.** No caso de





microempresa individual, a declaração de enquadramento constante no ANEXO IV, substitui a documentação comprobatória citada no item 11.1.4.

11.1.6. Este certame terá a participação de todas as empresas que acudirem ao certame, tudo conforme instituído no inciso I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014;

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor provisório, DEVERÁ ser encaminhada diretamente no sistema, na aba documentos complementares pós-disputa, deverá ser apresentada na forma deste Edital, no prazo de até **02 (duas) horas** após o encerramento da disputa de lances de todos os itens(rotas), redigida em papel timbrado da licitante, escaneada via sistema, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricadas as demais (ou com assinatura digital com certificado válido) pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

12.1.2. O referido prazo podera ser prorrogado, uma vez, por igual período, mediante solicitação e justificativa apresentada pelo licitante.

12.2. A proposta escrita, a ser encaminhada pelo licitante após o encerramento da fase de lances,

12.3. Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/fax e pessoa de contato;

12.4. Modelo do Veículo, Preço unitário e total, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, planilhas de custos e formação de preços para as rotas, considerando as quantidades e demais critérios constantes do Termo de Referência e seus anexos;

12.5. Prazo da execução do serviço, conforme parâmetro e condições definidas no Termo de Referência, anexo do presente edital.

12.6. Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de sua abertura no sistema;

12.7. É possível que o licitante apresente proposta para mais de uma rota. Todavia, no caso do microempreendedor individual (MEI), este deverá estar ciente de que, caso seja vencedor em mais de dois itens (rota) será contratado respeitando as limitações impostas pelo art. 18-C da LC 128/08. Assim como, se o seu faturamento anual ultrapassar o montante de R\$ 81.000,00, haverá o seu desenquadramento na categoria, nos termos do art. 18-A, §7º, III, da LC nº 123/06.

12.7.1 O desenquadramento da categoria do microempreendedor individual NÃO DÁ DIREITO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO em virtude de quaisquer custos tributários ou de qualquer espécie que o prestador de serviço venha a suportar pela mudança de categoria.

12.8. O licitante vencedor de cada rota (item) deste pregão deverá apresentar a sua própria composição de custos, em conformidade com a categoria empresarial que está enquadrada (MEI/ME/EPP), adequada aos modelos





disponibilizados nos Anexos do Termo de Referência, que deverá conter a seguinte especificação mínima de preço/custo (por tipo de veículo);

12.8.1. **Custos fixos:** mão de obra operacional, depreciação, remuneração de capital tributos/taxas/licenciamento/seguros e componentes adicionais (por exemplo: serviço de rastreamento/videomonitoramento, adesivagem, entre outros);

12.8.2. **Custos variáveis** (custo quilométrico para vias pavimentadas e não pavimentadas): pneus, combustível, manutenção, limpeza, etc;

12.8.3.. **BDI:** despesas administrativas, margem de lucro, tributos e quaisquer outros custos considerados pela empresa para a execução dos serviços (como os custos com o local para guarda dos veículos e com os deslocamentos até o ponto de início das rotas, por exemplo);

12.9. Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis durante o período de um ano, exceto em caso das hipóteses de reequilíbrio financeiro previstas na legislação;

12.10. Para fins de reequilíbrio financeiro, levar-se-á em consideração o impacto global gerado pela alteração significativa nos preços de itens singulares observado em relação ao orçamento estimado no Termo de Referência, independentemente dos preços propostos pelo licitante;

12.11. Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

12.12. Declaração de Cumprimento dos Requisitos Legais (Anexo V do Edital).

12.13 Declaração de ser MEI/ME/EPP para fins da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações (Anexo IV do Edital), se for o caso.

12.14 Após o encerramento da sessão de disputa de lances do edital, será feita a aferição da regularidade dos documentos de habilitação, bem como da regularidade da composição da planilha por equipe técnica designada pela Secretaria de Educação, com a proposta de preços da licitante vencedora na etapa de lances, em observância ao prazo estabelecido no item 8.2. do edital;

12.15. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.

12.16. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.17. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.19. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.22. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à



confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, **no prazo de 15 (quinze) minutos** de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, havendo quem se manifeste, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Cabe à Pregoeira receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

13.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pela Pregoeira, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

13.5. O acolhimento de recurso, pela Pregoeira, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### **15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a unidade contratante convocará o proponente vencedor para assinatura do termo contratual, visando à execução do objeto desta licitação.

15.2. O proponente vencedor terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para retirar o



instrumento contratual e proceder à sua assinatura.

15.2.1. O prazo de item 15.2. poderá ser prorrogado um vez, por igual período quando solicitado pelo proponente vencedor durante o transcurso e desde de que ocorra motivo justificado, aceito pela unidade contratante.

15.3. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após, feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Contrato.

## **16. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**

16.1. A alteração do contrato deverão ser feitas junto ao Procuradoria Jurídica do Município.

## **17. DO CONTRATO**

17.1. As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre o Fundo Municipal de Educação e a proponente vencedora, serão formalizadas através de contrato e nota de empenho observando-se as condições estabelecidas neste edital e demais anexos, legislação vigente e na proposta vencedora;

17.2. O prazo para a assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da proponente vencedora, ocasião em que deverá apresentar obrigatoriamente a atualização de todas as condições de habilitação apresentadas inicialmente na licitação, caso haja algum(a) documento/certidão vencido(a);

17.2.1. A recusa injustificada da adjudicatária em firmar o contrato no prazo estabelecido sujeitará à perda do direito à contratação e à penalidade estabelecida no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

17.3. O Contrato terá a vigência de 12 (meses), a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, em conformidade com o disposto no art. 57, Inc. II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e Alterações Posteriores e demais definições da Legislação vigente;

17.4. Será exigida do licitante vencedor garantia de execução do contrato, no percentual correspondente a 2% (dois por cento) do valor total da sua proposta de preços, previsto no art. 56 da Lei nº 8666/93 e alterações, através das seguintes modalidades de garantia:

17.4.1. Na forma de fiança bancária, válida até 60 (sessenta) dias após o término do prazo contratual, conforme expresso no subitem 15.3;

17.4.2. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; ou no caso de título da dívida pública, só serão aceitos aqueles emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central, e avaliados pelos seus valores econômicos, definidos pelo Ministério da Fazenda (Redação dada pela Lei Federal nº 10.079/2004, de 31.12.2004);

17.4.3. Seguro-garantia, válido até 60 (sessenta) dias após o término do prazo contratual, conforme subitem 15.3

17.5. A apólice de garantia do contrato deverá ser apresentada para custódia no setor de contabilidade da



Prefeitura em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, sob pena de ser revogado o instrumento contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis;

17.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.6.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.6.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.6.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao licitante contratado; e

17.6.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, de qualquer natureza, não honradas pelo licitante contratado.

17.7. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados neste edital;

17.8. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais;

17.9. A Administração reserva-se o direito, a seu critério, de contratar, total ou parcialmente, o constante do objeto desta licitação, obrigando-se a CONTRATADA a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos dos §§ 1º e 2º inciso II do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93;

17.10. O contrato a ser firmado poderá ser rescindido caso ocorra alguma das situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações;

17.11. As supressões ou acréscimos referidos no item 15.9 serão considerados formalizados mediante aditamento contratual a ser emitido pela Prefeitura Municipal de Salgueiro;

17.12. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

## **18.DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1. Será proibida, sob qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial dos serviços a serem executados.**

18.2. Os veículos utilizados na contratação poderão ser locados, como equipamentos pela contratada, desde que o contrato de locação seja apresentado dentro de um prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do início dos serviços, ressalvando que os veículos locados deverão obedecer exatamente as mesmas obrigações relacionadas ao longo do presente Termo de Referência.

18.3. A locação de veículos com motoristas caracteriza subcontratação do serviço de transporte escolar e, portanto, aplica-se a disposto no subitem 18.1



18.4. A contratada é a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive quanto aos veículos locados e à contratação de terceiros, assumindo total responsabilidade pela frota terceirizada, suas condições e pagamento de quaisquer encargos envolvidos na prestação dos serviços objeto deste termo de referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos Termo de Referência do Edital, e na minuta do instrumento de Contrato.

## **20. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

20.1. A Ordem de Fornecimento/Serviço definirá a data de início da execução contratual e será dada com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início da execução do objeto do contrato após verificação de atendimento as exigências dispostas no Termo de Referência;

20.1.1. Desde que haja concordância da CONTRATADA, este prazo poderá ser reduzido;

20.2. A execução do serviço correrá por conta da contratada, sem qualquer custo adicional não previsto neste instrumento convocatório e seus anexos;

20.3. Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa com ensaios, testes, vistorias, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário

20.4. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1. O pagamento dos serviços executados será efetuado em até 30 dias após a medição dos serviços efetivamente prestados, ratificados pela Secretaria de Educação e atestados pelo Gestor e Fiscal do Contrato da Secretaria de Educação, bem como após a apresentação da nota fiscal nas formas e condições definidas no Termo de Referência;

21.1.1. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira;

21.2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

21.3. Na emissão das Notas Fiscais/Faturas, a CONTRATADA deverá descrever o serviço, obrigatoriamente em conformidade com a descrição contida em sua proposta, em termos de rota, veículo, quilometragem diária, dias



de serviço e qualquer informação necessária para detalhamento do serviço prestado, bem como o número do processo e da Ordem de Serviço

21.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

21.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

21.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## **22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente processo, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. As dotações estão especificadas no Termo de Referência anexo I deste edital.

## **23. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

23.1.1. Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade;

23.1.2. Apresentar documentação falsa;

23.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.4. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;

23.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

23.1.6. Cometer fraude fiscal;

23.1.7. Fizer declaração falsa;

23.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

23.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

23.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.4. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

23.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

24.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

24.2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

24.4. É facultada à Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.5. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.7. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

24.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do





processo licitatório.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os

interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.12. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da Pregoeira;**

24.13. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico: <https://www.salgueiro.pe.gov.br/servicos-licitacoes.html>.

24.14. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **12** horas.

24.15. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

24.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Salgueiro**, Estado de Pernambuco.

**Salgueiro/PE, 28 de novembro de 2022.**

CARLOS MARCELO ARAÚJO E SÁ  
Secretário de Educação

MARIA SORAIA DOS SANTOS SILVA  
Pregoeira

***Este editale seus anexos foram revisados pela Assessoria Jurídica do Município conforme preceitua o Art. 38, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.***

***Assessor jurídico***

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO



Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de Pessoa Jurídica para a prestação dos serviços de transporte escolar dos estudantes da rede pública de ensino do Município de Salgueiro-PE a fim de suprir as necessidades da Secretaria de Educação bem como, atender de forma complementar alunos da Fachusc, IFPE e outras instituições de ensino do interesse do município, conforme detalhamento deste Termo de Referência. Estão incluídos no serviço todas as despesas diretas/indiretas, encargos e tributos necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato.

## **2. DA JUSTIFICATIVA**

O transporte escolar é fundamental para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, especialmente aqueles residentes em áreas rurais. Assim, objetivando assegurar a locomoção dos alunos, transportando-os com qualidade e segurança até as escolas é que, o município disponibiliza sua frota de veículos próprios destinados ao transporte escolar entretanto, só a frota do município não é suficiente para atender toda a demanda do transporte escolar, sendo necessário contratar serviços de terceiros para atendimento do transporte de alunos do município.

## **3. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1 Para cada tipo de veículo, de acordo com o projeto constante no Projeto Técnico, o valor estimado é composto por:
  - 3.1.1 Custo fixo;
  - 3.1.2 Custo variável para vias pavimentadas;
  - 3.1.3 Custo Variável para vias não pavimentadas;
- 3.2 O pagamento será realizado conforme proposta vencedora da licitação, que envolve a composição de preços por meio de custos fixo e custo quilométrico para cada tipo de veículo, rota e qualidade da via
  - 3.2.1. Os custos fixos de cada veículo em operação serão pagos ao longo de todos os meses de execução contratual, inclusive durante as férias escolares;
  - 3.2.2.1. Os custos variáveis serão pagos somente nos meses em que haja o efetivo transporte de alunos, de acordo com a quilometragem para cada tipo de veículo, rota e qualidade da via de acordo com o projeto técnico anexo a este termo de referência);



**Salgueiro**  
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor  
e trabalho.*

- 3.3 As rotas licitadas podem ser observadas nos quadros a seguir (o detalhamento encontra-se no projeto técnico em anexo a este termo de referência);
- 3.4 As Rotas: **3, 14, 15, 17, 22, 34, 35, 36, 39, 40, 42, 43, 54, 61, 62, 77 e 78** serão operadas pelos veículos da frota municipal (amarelinhos)

ROTAS CLASSIFICADAS EM MEI / ME – MICRO EMPRESA / EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE									
ITEM	ROTA	VEÍCULO PROJETADO	NÃO PAVIMENTADA (KM)	PAVIMENTADA (KM)	PREÇO FIXO	PREÇO KM NÃO PAVIMENTADO	PREÇO KM PAVIMENTADO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
07	007	UTILITÁRIO	12,12	2,79	R\$ 3.951,71	R\$ 704,29	R\$ 135,10	R\$ 4.791,10	R\$ 57.493,19
53	053	UTILITÁRIO	6,51	0,42	R\$ 3.823,21	R\$ 378,29	R\$ 20,34	R\$ 4.221,84	R\$ 50.662,05
65	065	UTILITÁRIO	14,13	8,08	R\$ 4.069,26	R\$ 821,09	R\$ 391,27	R\$ 5.281,62	R\$ 63.379,40
71	071	PASSEIO	2,24	12,74	R\$ 3.375,68	R\$ 105,80	R\$ 501,47	R\$ 3.982,96	R\$ 47.795,48
81	081	PASSEIO	17,76	6,91	R\$ 3.468,60	R\$ 838,88	R\$ 271,99	R\$ 4.579,47	R\$ 54.953,61
84	084	VAN	12,11	2,79	R\$ 5.590,08	R\$ 865,42	R\$ 166,15	R\$ 6.621,65	R\$ 79.459,80
88	088	PASSEIO	4,81	11,60	R\$ 3.389,39	R\$ 227,20	R\$ 456,60	R\$ 4.073,19	R\$ 48.878,26
TOTAL MEI								R\$ 47.267,91	R\$ 567.214,94
ROTAS CLASSIFICADAS PARA CONCORRENCIA AMPLA									
ITEM	ROTA	VEÍCULO PROJETADO	NÃO PAVIMENTADA (KM)	PAVIMENTADA (KM)	PREÇO FIXO	PREÇO KM NÃO PAVIMENTADO	PREÇO KM PAVIMENTADO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
01	001	VAN	19,49	14,63	R\$ 11.046,13	R\$ 1.392,82	R\$ 871,25	R\$ 13.310,20	R\$ 159.722,37
02	002	ORE 1	6,74	0,56	R\$ 6.994,42	R\$ 821,67	R\$ 56,89	R\$ 7.872,99	R\$ 94.475,84
03	003	PMS	AMARELINHO						
04	004	PASSEIO	23,16	2,30	R\$ 5.678,16	R\$ 1.093,94	R\$ 90,53	R\$ 6.862,63	R\$ 82.351,60
05	005	VAN	10,15	5,32	R\$ 7.800,80	R\$ 725,35	R\$ 316,82	R\$ 8.842,97	R\$ 106.115,60
06	006	ORE 2	15,85	19,56	R\$ 9.285,67	R\$ 3.159,29	R\$ 3.248,99	R\$ 15.693,95	R\$ 188.327,38
08	008	VAN	21,62	0,00	R\$ 10.700,71	R\$ 1.545,03	R\$ -	R\$ 12.245,75	R\$ 146.948,95
09	009	VAN	17,91	0,00	R\$ 7.838,18	R\$ 1.279,90	R\$ -	R\$ 9.118,08	R\$ 109.416,99
10	010	ORE3	10,40	18,37	R\$ 10.684,45	R\$ 2.072,97	R\$ 3.051,32	R\$ 15.808,75	R\$ 189.704,95
11	011	ORE 2	12,20	0,00	R\$ 8.651,41	R\$ 2.431,76	R\$ -	R\$ 11.083,16	R\$ 132.997,97
12	012	ORE 2	12,35	0,00	R\$ 8.655,51	R\$ 2.461,66	R\$ -	R\$ 11.117,16	R\$ 133.405,94
13	013	VAN	9,78	2,97	R\$ 7.759,13	R\$ 698,91	R\$ 176,87	R\$ 8.634,91	R\$ 103.618,87

14	014	PMS	AMARELIN HO						
15	015	PMS	AMARELIN HO						
16	016	ORE3	0,00	8,13	R\$ 8.322,53	R\$ -	R\$ 4.051,27	R\$ 12.373,80	R\$ 148.485,59
17	017	PMS	AMARELIN HO						
18	018	VAN	19,12	5,71	R\$ 10.789,42	R\$ 1.366,37	R\$ 340,05	R\$ 12.495,84	R\$ 149.950,03
19	019	VAN	19,50	6,53	R\$ 10.822,58	R\$ 1.393,53	R\$ 388,88	R\$ 12.604,98	R\$ 151.259,82
20	020	VAN	13,59	12,33	R\$ 7.960,89	R\$ 971,18	R\$ 734,28	R\$ 9.666,36	R\$ 115.996,33
21	021	VAN	12,05	0,00	R\$ 7.748,40	R\$ 861,13	R\$ -	R\$ 8.609,53	R\$ 103.314,38
22	022	PMS	AMARELIN HO						
23	023	VAN	16,38	46,30	R\$ 9.633,34	R\$ 1.170,57	R\$ 2.757,28	R\$ 13.561,19	R\$ 162.734,33
24	024	VAN	35,58	1,17	R\$ 11.118,80	R\$ 2.542,66	R\$ 69,68	R\$ 13.731,14	R\$ 164.773,63
25	025	ORE 2	34,03	1,10	R\$ 9.278,02	R\$ 6.783,01	R\$ 182,71	R\$ 16.243,74	R\$ 194.924,88
26	026	ORE3	36,60	1,18	R\$ 11.013,45	R\$ 7.295,27	R\$ 196,00	R\$ 18.504,72	R\$ 222.056,63
27	027	ORE 1	30,10	22,28	R\$ 7.708,44	R\$ 3.669,48	R\$ 2.263,46	R\$ 13.641,38	R\$ 163.696,58
28	028	VAN	28,36	22,32	R\$ 11.503,73	R\$ 2.026,69	R\$ 1.329,21	R\$ 14.859,64	R\$ 178.315,66
29	029	VAN	23,35	15,16	R\$ 11.167,44	R\$ 1.668,66	R\$ 902,82	R\$ 13.738,92	R\$ 164.867,01
30	030	VAN	14,80	15,28	R\$ 7.531,19	R\$ 992,62	R\$ 854,01	R\$ 9.377,82	R\$ 112.533,87
31	031	VAN	23,73	0,00	R\$ 10.759,02	R\$ 1.695,82	R\$ -	R\$ 12.454,84	R\$ 149.458,07
32	032	VAN	11,63	0,00	R\$ 7.741,97	R\$ 831,12	R\$ -	R\$ 8.573,08	R\$ 102.876,99
33	033	VAN	4,42	33,52	R\$ 5.943,06	R\$ 315,87	R\$ 1.996,20	R\$ 8.255,13	R\$ 99.061,56
34	034	PMS	AMARELIN HO						
35	035	PMS	AMARELIN HO						
36	036	PMS	AMARELIN HO						
37	037	ORE 2	14,12	0,21	R\$ 8.709,61	R\$ 2.814,46	R\$ 34,88	R\$ 11.558,96	R\$ 138.707,46
38	038	ORE 1	10,16	0,16	R\$ 7.042,26	R\$ 1.238,60	R\$ 16,25	R\$ 8.297,12	R\$ 99.565,38
39	039	PMS	AMARELIN HO						

40	040	PMS	AMARELINHO						
41	041	VAN	16,80	0,45	R\$ 5.626,08	R\$ 1.200,58	R\$ 26,80	R\$ 6.853,46	R\$ 82.241,54
42	042	PMS	AMARELINHO						
43	043	PMS	AMARELINHO						
44	044	ORE 2	57,12	5,75	R\$ 10.036,07	R\$ 11.385,41	R\$ 955,10	R\$ 22.376,58	R\$ 268.518,92
45	045	VAN	30,78	5,65	R\$ 7.622,50	R\$ 2.064,38	R\$ 315,78	R\$ 10.002,66	R\$ 120.031,89
46	046	VAN	22,17	48,51	R\$ 6.444,65	R\$ 1.584,34	R\$ 2.888,89	R\$ 10.917,88	R\$ 131.014,57
47	047	ORE 2	9,68	52,48	R\$ 7.814,69	R\$ 1.929,46	R\$ 8.717,12	R\$ 18.461,27	R\$ 221.535,20
48	048	ORE3	7,64	12,98	R\$ 10.386,86	R\$ 1.522,84	R\$ 2.156,02	R\$ 14.065,72	R\$ 168.788,62
49	049	ORE 2	3,28	13,48	R\$ 8.776,02	R\$ 653,78	R\$ 2.239,08	R\$ 11.668,88	R\$ 140.026,55
50	050	VAN	8,17	11,83	R\$ 7.870,20	R\$ 583,85	R\$ 704,51	R\$ 9.158,56	R\$ 109.902,70
51	051	UTILITÁRIO	7,11	13,91	R\$ 6.252,08	R\$ 413,16	R\$ 673,59	R\$ 7.338,82	R\$ 88.065,89
52	052	VAN	9,75	5,52	R\$ 7.797,73	R\$ 696,76	R\$ 328,73	R\$ 8.823,23	R\$ 105.878,74
54	054	PMS	AMARELINHO						
55	055	VAN	4,42	33,53	R\$ 5.577,77	R\$ 296,44	R\$ 1.874,01	R\$ 7.748,23	R\$ 92.978,72
56	056	ORE3	3,64	10,38	R\$ 10.145,86	R\$ 725,54	R\$ 1.724,16	R\$ 12.595,55	R\$ 151.146,66
57	057	ORE 1	3,74	10,39	R\$ 7.102,60	R\$ 455,94	R\$ 1.055,53	R\$ 8.614,08	R\$ 103.368,98
58	058	ORE 1	8,58	0,27	R\$ 7.018,97	R\$ 1.045,99	R\$ 27,43	R\$ 8.092,39	R\$ 97.108,68
59	059	ORE 1	8,25	39,08	R\$ 5.426,47	R\$ 1.005,75	R\$ 3.970,19	R\$ 10.402,42	R\$ 124.829,04
60	060	VAN	32,93	13,30	R\$ 11.380,76	R\$ 2.353,28	R\$ 792,05	R\$ 14.526,09	R\$ 174.313,12
61	061	PMS	AMARELINHO						
62	062	PMS	AMARELINHO						
63	063	VAN	19,58	19,25	R\$ 5.956,70	R\$ 1.399,25	R\$ 1.146,39	R\$ 8.502,33	R\$ 102.027,97
64	064	VAN	25,89	8,50	R\$ 7.593,17	R\$ 1.736,41	R\$ 475,07	R\$ 9.804,65	R\$ 117.655,77
66	066	ORE 1	34,98	1,97	R\$ 7.464,05	R\$ 4.264,40	R\$ 200,14	R\$ 11.928,58	R\$ 143.143,01

67	067	VAN	14,94	1,91	R\$ 10.568,90	R\$ 1.067,66	R\$ 113,75	R\$ 11.750,31	R\$ 141.003,70
68	068	VAN	15,79	1,62	R\$ 10.584,38	R\$ 1.128,40	R\$ 96,48	R\$ 11.809,26	R\$ 141.711,08
69	069	VAN	39,64	1,11	R\$ 8.188,10	R\$ 2.832,80	R\$ 66,10	R\$ 11.086,99	R\$ 133.043,94
70	070	VAN	37,88	5,71	R\$ 6.029,62	R\$ 2.707,02	R\$ 340,05	R\$ 9.076,69	R\$ 108.920,26
72	072	ORE 1	10,38	47,64	R\$ 5.595,79	R\$ 1.265,42	R\$ 4.839,81	R\$ 11.701,03	R\$ 140.412,34
73	073	ORE 1	10,38	47,64	R\$ 5.595,79	R\$ 1.265,42	R\$ 4.839,81	R\$ 11.701,03	R\$ 140.412,34
74	074	VAN	0,85	12,21	R\$ 10.464,17	R\$ 60,74	R\$ 727,14	R\$ 11.252,06	R\$ 135.024,67
75	075	VAN	1,79	7,50	R\$ 10.360,00	R\$ 127,92	R\$ 446,64	R\$ 10.934,56	R\$ 131.214,74
76	076	ORE 1	29,31	7,70	R\$ 7.465,00	R\$ 3.573,17	R\$ 782,25	R\$ 11.820,43	R\$ 141.845,11
77	077	PMS	AMARELIN HO						
78	078	PMS	AMARELIN HO						
79	079	VAN	0,56	27,56	R\$ 7.994,60	R\$ 40,02	R\$ 1.641,27	R\$ 9.675,89	R\$ 116.110,65
80	080	VAN	0,00	26,74	R\$ 7.483,17	R\$ -	R\$ 1.494,52	R\$ 8.977,69	R\$ 107.732,25
82	082	VAN	0,00	16,80	R\$ 7.821,17	R\$ -	R\$ 1.000,48	R\$ 8.821,66	R\$ 105.859,87
83	083	VAN	0,00	15,98	R\$ 10.544,86	R\$ -	R\$ 951,65	R\$ 11.496,51	R\$ 137.958,16
85	085	VAN	13,10	38,76	R\$ 8.358,31	R\$ 936,17	R\$ 2.308,26	R\$ 11.602,73	R\$ 139.232,74
86	086	ORE 1	33,81	41,66	R\$ 8.074,16	R\$ 4.121,77	R\$ 4.232,30	R\$ 16.428,23	R\$ 197.138,74
87	087	VAN	5,88	3,51	R\$ 7.707,65	R\$ 420,20	R\$ 209,03	R\$ 8.336,88	R\$ 100.042,58
89	089	VAN	5,21	20,03	R\$ 8.598,76	R\$ 372,32	R\$ 1.192,84	R\$ 10.163,92	R\$ 121.967,08
90	090	VAN	13,15	21,82	R\$ 7.601,50	R\$ 881,95	R\$ 1.219,53	R\$ 9.702,99	R\$ 116.435,93
91	091	VAN	15,54	37,46	R\$ 9.365,86	R\$ 1.110,54	R\$ 2.230,84	R\$ 12.707,23	R\$ 152.486,79
92	092	VAN	41,53	9,53	R\$ 9.312,25	R\$ 2.967,86	R\$ 567,54	R\$ 12.847,65	R\$ 154.171,76
93	093	VAN	1,33	3,20	R\$ 8.026,48	R\$ 95,05	R\$ 190,57	R\$ 8.312,10	R\$ 99.745,15
94	094	VAN	21,62	13,44	R\$ 7.602,80	R\$ 1.450,03	R\$ 751,17	R\$ 9.804,00	R\$ 117.647,97
95	095	VAN	3,67	8,99	R\$ 7.757,75	R\$ 262,27	R\$ 535,38	R\$ 8.555,39	R\$ 102.664,73



TOTAL - PRÓPRIOS		R\$ 785.869,22	R\$ 9.430.430,64
VALOR GLOBAL DO TRANSPORTE ESCOLAR			
TOTAL		R\$ 833.137,13	R\$ 9.997.645,58

#### VALOR TOTAL DO TRANSPORTE ESCOLAR

**Valor Total (Mensal):** R\$ 833.137,13 (oitocentos e trinta e três mil, cento e trinta e sete reais e treze centavos).

**Valor Total (12 meses):** R\$ 9.997.645,58 (nove milhões, novecentos e noventa e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

#### 4. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será realizado por rota efetivamente contratada e executada, inclusive nos meses de férias escolares, sendo subdivido nos seguintes itens:

##### (Equação)

$$\text{Pagamento mensal} = C. Fixo + C. V. pav + C. npav$$

Onde:

(1)

*C. Fixo: custos fixos*

(2)

*C. V. pav: custos variáveis por km em vias pavimentadas*

$$C. V. pav = \text{Custo km}_{(\text{via pavimentada})} \times \text{Distância Percorrida}_{(\text{via pavimentada})}$$

(3)

*C. V. npav: custos variáveis por km em vias não pavimentadas*

$$C. V. Npav = \text{Custo km}_{(\text{via não pavimentada})} \times \text{Distância Percorrida}_{(\text{via não pavimentada})}$$

**4.1.1 Os custos fixos serão pagos todos os meses durante o prazo contratual, inclusive naqueles de férias/recessos escolares, sendo gerada uma fatura para cada um dos 12 meses do ano;**

**4.1.2 Os custos variáveis serão pagos somente nos meses em que haja o efetivo transporte de alunos, de acordo com a quilometragem para cada tipo de veículo, rota e qualidade da via;**

- 4.2 Os custos fixos e variáveis devem ser calculados para cada tipo de veículo (ônibus, micro-ônibus, van e passeio);
- 4.3 Os valores do custo fixo e do custo do quilometro rodado (em vias pavimentadas e vias não pavimentada) serão aqueles ofertados pelo licitante vencedor por ocasião da proposta vencedora, de acordo com este termo de referência e obedecendo ao porte do veículo projetado para executar a respectiva rota;
- 4.4 A distância percorrida mensalmente por cada rota, em ambos os tipos de vias (pavimentadas ou não pavimentadas), será aquela estimada no projeto de rotas conforme projeto técnico em anexo deste termo de referência, multiplicada pela quantidade de dias de operação do mês vigente no boletim de medição, salvo alterações de rota durante a vigência do contrato, hipóteses em que serão verificadas as reais distancias percorridas;

- 4.5 No processo de pagamento, o valor medido pelo dispositivo de rastreamento veicular previsto neste termo de Referência servirá apenas como parâmetro de controle para atestar a regularidade do serviço prestado e, caso seja necessário, possíveis acréscimos ou decréscimos pontuais (por necessidade/desnecessidade eventual do serviço) durante os dias de execução;
- 4.6 De acordo com as particularidades e necessidades do serviço, o fiscal administrativo do contrato poderá autorizar acréscimos ou decréscimos eventuais na quilometragem percorrida por determinada rota ao longo do mês em análises;
  - 4.6.1 Tais valores e suas respectivas justificativas deverão ser individualizadas por rota e constar no boletim de medição do serviço do mês em análises;
  - 4.6.2 Para fins de pagamento, esses valores serão, respectivamente, somados ou subtraídos da quilometragem estimada, e pagos de acordo com os custos variáveis quilométricos;
- 4.7 Em caso de dúvidas acerca da real quilometragem percorrida por cada veículo na execução do serviço de determinada rota, o fiscal administrativo poderá consultar as informações do dispositivo de rastreamento instalado no respectivo veículo;
- 4.8 Eventualmente, os veículos poderão ser utilizados para atividades extraclasse, inclusive em finais de semana e feriados. Nesse caso, a contratada será remunerada pela quilometragem excedente a ser percorrida pelo veículo no transporte dos alunos realizar a referida atividade;
  - 4.8.1 Para fins de pagamento, esse valor será solado a quilometragem padrão da respectiva rota e pago de acordo com seu custo variável quilométrico;
  - 4.8.2 A utilização da frota de transporte escolar para as atividades extraclasse deve ser expressamente autorizada pelo fiscal administrativo do contrato, que providenciará a comunicação à contratada com uma antecedência mínima de 10 dias;
  - 4.8.3 A contratante não se responsabilizará ou pagará por transporte que seja realizado sem prévia autorização do fiscal administrativo do contrato;
  - 4.8.4 A utilização do veículo (rota) para atividades extraclasse será institucionalizada e regulamentada através de portaria do (a) Secretário (a) Municipal de Educação;
- 4.9 O pagamento dos serviços executados será efetuado em até 30 dias após a medição dos serviços efetivamente prestados, ratificados pela Secretária de Educação e atestados pelo Gestor e Fiscal do Contrato, bem como após a apresentação da nota fiscal de serviços e da comprovação do adimplemento, se for o caso, da folha de pagamento dos funcionários envolvidos na execução do contrato;
  - 4.9.1 Será considerado como período de medição, o abrangido pelo primeiro e último dia de cada mês, e o valor correspondente será calculado de acordo com o método descrito nos subitens anteriores deste termo de referência;
  - 4.9.2 Será descontado o valor referente ao(s) dia(s) de ausência no serviço, desde que por motivo justificado e aceito pela Prefeitura até o limite máximo de 30 dias, após o qual a não prestação dos serviços configurará inexecução parcial do contrato e poderá motivar sua rescisão, além de aplicação de demais penalidades cabíveis.
- 4.10 Os seguintes documentos, devidamente atualizados, deverão constar no processo de pagamento:
  - 4.10.1 Nota fiscal relativa aos serviços executados;
  - 4.10.2 Certidão negativa de Débitos Estadual e Municipal;
  - 4.10.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei federal nº 12.440/2011, se for o caso;
  - 4.10.4 GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por tempo de serviço e Informações à Previdência Social) e Folha de Pagamento de todos os funcionários do mês anterior, se aplicável;
  - 4.10.5 Relatório de execução do serviço (medição) de transporte escolar contendo, no mínimo: período de prestação do serviço, número da rota, escola atendida, código identificador do veículo, placa do veículo, distância percorrida (detalhando a necessidade de ajuste mensal, como atividades extra



classe ou extensão a mais ou a menos, caso seja necessário), número de dias letivos no período, número de alunos médio diário e atestado do fiscal do contrato;

## **5. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 5.1 Os preços para a execução dos serviços objeto do contrato serão reajustados anualmente, sendo o perecimento reajuste concedido após o discurso do prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta no processo licitatório;
- 5.2 Aplicar-se-á a modalidade de reajuste paramétrico, com índices de acordo com as fórmulas que seguem:  
Reajuste custo fixo (iC, Fixo) = i1;  
Reajuste custo variável:  $(iC.V.pav = iC.V.npav) = 0,45i1 + 0,55i2$

Onde:

iC.Fixo = índice de reajustamento dos custos fixos;

iC.V.pav = índice paramétrico de reajustamento do custo variável quilométrico para vias pavimentadas;

iC.V.npav = Índice paramétrico de reajustamento do custo variável quilométrico para vias não pavimentadas;

i1 = índices acumulado do IPCA/IBGE, verificado no período de doze meses contados a partir da data limite para apresentação da proposta;

i2 = variação acumulada do preço do diesel, apurado conforme preços divulgados pela ANP – Agencia Nacional do Petróleo, no levantamento de preços mensais (Resumo II), efetuado nos municípios da região, considerando o preço ao consumidor – Preço Médio, verificado no período de doze meses contados a partir da data limite para apresentação da proposta;

- 5.3 A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são sempre compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;
- 5.4 As condições referentes a reajustes de preços poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria;

## **6. DO PRAZO CONTRATUAL**

- 6.1 o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, a critério da administração, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores e demais definições da legislação vigente;
- 6.1.1 O contrato vigora inclusive nos meses de férias escolares, períodos no qual, conforme detalhamento no projeto técnico anexo a este termo de referência, a contratada fará jus somente ao recebimento do valor correspondente ao custo fixo;

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 7.1 Além das demais regras previstas no Edital deste certamente, deverão ser observados:
- 7.1.1 Os licitantes deverão apresentar Proposta de Preço conforme modelo apresentado no Edital;
- 7.1.2 A composição dos custos estimados pela Administração Municipal para o certamente é apresentada no projeto técnico anexo ao Termo de Referência e compõe-se de:
- 7.1.2.1 Custos Fixos: mão de obra operacional, depreciação, remuneração de capital, tributos/licenciamento/seguros, componentes adicionais: tacógrafo, adesivagem, entre outros);
- 7.1.2.2 Custos variáveis: custo quilometragem para vias pavimentadas e não pavimentadas – pneus, combustível, manutenção, limpeza (lavagem); etc.
- 7.1.2.3 BDI: despesas administrativas, margem de lucro, tributos e quaisquer outros custos considerados pela empresa para a execução dos serviços (como os custos com o local para

guarda dos veículos e com os seus deslocamentos até o ponto com o local para guarda dos veículos e com os seus deslocamentos até o ponto de início das rotas, por exemplo).

- 7.1.3 Para fins contratuais e posteriores pagamentos referentes à execução do serviço, o custo fixo e os custos quilométricos para vias pavimentadas e não pavimentadas de cada rota licitada serão calculadas pela Prefeitura, multiplicado pelo *deflator k*, correspondente à razão entre o valor do lance vencedor e o valor total estimado pela prefeitura para cada rota publicado em licitação (edital).

## **8. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR**

- 8.1 Além de outros normativos aplicáveis, o prestador de serviço de transporte escolar deverá obedecer no que lhe compete à integralidade da legislação seguinte:

- 8.1.1 Código de Trânsito Brasileiro (CTB), especialmente os artigos 105 e 136 a 139, que tratam das condições de prestação do serviço de transporte escolar;
- 8.1.2 Resolução nº 06/2014 do TCE-PE;
- 8.1.3 Resolução CONTRAN nº 14/98 e suas alterações;
- 8.1.4 Resolução CONTRAN nº 168/04 e suas alterações;
- 8.1.5 Resolução CONTRAN nº 92/99 e suas alterações;
- 8.1.6 Resolução CONTRAN nº 02/2009 e suas alterações;
- 8.1.7 Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

## **9. A EXECUÇÃO DO CONTRATO, ROTAS, QUANTITATIVO DE VEÍCULOS E QUILOMETRAGEM**

- 9.1 A presente licitação visa suprir a demanda de transporte escolar deste Município e será distribuída em rotas (adjudicadas por item), conforme detalhamento constante no projeto técnico anexo a este Termo de Referência.
- 9.1.1 Cada rota técnica o seu número de identificação e veículo especificado próprio, compondo-se de uma ou mais itinerários (otimização);
  - 9.1.2 As informações de cada rota podem ser consultadas no projeto técnico anexo a este Termo de Referência e estarão disponíveis em arquivos eletrônicos em formato \*gpx \*dwg \*kml \* pdf;
  - 9.1.3 As rotas descritas nos referidos poderão ser ampliadas, reduzidas ou extintas de acordo com a clientela escolar ou interesse público;
  - 9.1.4 Os valores de custo fixo e variável da proposta vencedora (por tipo de veículo) serão utilizados como referência no caso de qualquer dos eventos listados no subitem anterior;
- 9.2 Para realizar a operacionalização do serviço, o contratado deverá dispor de veículo;
- 9.2.1 O veículo do prestador do serviço não precisa ser necessariamente de sua propriedade, podendo, a critério deste, ser regularmente locado no mercado específico;
- 9.3 A contratada é a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços objeto deste termo de referência, inclusive quanto aos veículos locados e à contratação de terceiros, assumindo total responsabilidade pela frota terceirizada, suas condições e pagamento de quaisquer encargos envolvidos na prestação dos serviços objeto deste termo de referência;
- 9.4 O quantitativo e porte dos veículos especificados para as rotas projetadas, a distância estimada mensal e o tempo estimado de operação diário podem ser consultados no projeto técnico anexo a este termo de referência;
- 9.5 O detalhamento do orçamento estimativo pode ser consultado no memorial de cálculo disponibilizado no projeto técnico anexo a este termo de referência.
- 9.5.1 O licitante vencedor da licitação terá a sua própria composição de custos;
  - 9.5.2 O pagamento será efetuado por rota efetivamente contratada e executada, conforme detalhamento do item em questão.
  - 9.5.3

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualização, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o preciso na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes neste Termo de Referência e no Edital;
- 10.2 Garantir que o(s) veículo(s), bem como o(s) seu(s) condutor(es), atenda(m) a todas as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT), do CONTRAN, Denatran e Detran/PE;
- 10.3 Observar rigorosamente os horários e rotas determinados pelo Município para cumprimento do calendário escolar, garantindo que os alunos estejam na unidade escolar com pelo menos 5 (cinco) minutos de antecedência ao início das aulas;
- 10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.5 Arcar com todas as despesas diretas/indiretas, encargos e tributos necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato, inclusive pagamentos relacionados a eventuais acidentes de trabalho e danos de qualquer espécie;
- 10.6 Em conformidade com as especificações definidas pela Prefeitura, permitir a instalação de dispositivo de rastreamento por satélite em toda a frota utilizada para prestar serviço de transporte escolar objeto do presente termo de referência;
- 10.7 Disponibilizar para Secretaria de Educação livre acesso ao dispositivo de rastreamento instalado no(s) veículo(s), de tal forma que a fiscalização do contrato e a empresa responsável possam efetuar manutenção e/ou ajustes, quando necessário;
- 10.8 Manter o dispositivo de rastreamento em operação (ativo/ligado) durante todo o horário em que estiver executando o serviço de transporte escolar ou à disposição da Secretaria de Educação;
- 10.9 Transportar os alunos devidamente sentados e com cinto de segurança;
- 10.10 Atender aos requisitos de manutenção necessários para garantir a segurança e a qualidade na prestação do serviço de transporte escolar (incluindo os serviços de funilaria e pintura), mantendo em perfeito estado de funcionamento os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito;
- 10.11 Providenciar o imediato transporte dos escolares sempre que determinado veículo for imobilizado por problemas técnicos ou de segurança, viabilizando, par isso, meio de transporte adequado e seguro para condução dos estudantes;
  - 10.11.1 Caso ocorra quebra do veículo, defeito mecânico, ou algum outro impedimento, deverá a Contratada providenciar, imediatamente e as suas expensas, outro veículo, nas mesmas condições exigidas nesta licitação.
- 10.12 Substituir, imediatamente o motorista por outro igualmente qualificado em casos eventuais e doenças e outros afastamentos motivados incluindo inadequações dos serviços;
- 10.13 Informar imediatamente à Secretaria de Educação eventuais alterações nas rotas estabelecidas, em virtude de impedimento de vias, restrições de acesso à localidades, entre outros;
- 10.14 Prestar informações à Secretaria de Educação, quando solicitado, ou sempre que observada comportamentos inadequados que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em riscos outros usuários ou terceiros durante a viagem;
- 10.15 Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade de trânsito, bem como dos fiscais da Secretaria de Educação;
- 10.16 Submeter os veículos à vistoria, sempre que solicitado pelo DETRAN/PE ou pela Secretaria de Educação, ou nas datas periodicamente previstas na legislação pertinente;
- 10.17 Responsabilizar-se pelos danos causados à contratante, ao condutor, aos alunos ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução



dos serviços avençados, isentando o contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos;

- 10.18 Responsabiliza-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço desta Prefeitura;
- 10.19 Manter os cintos de segurança em condições de uso e em quantidade compatível ao número de alunos transportados;
- 10.19.1 Caso os alunos se recusem a utilizar o equipamento de segurança, cabe a Contratada notificar, por escrito, a Unidade Escolar na qual o aluno está matriculado, para que a ocorrência seja encaminhada ao pai/responsável e aos órgãos competentes. A mesma ocorrência também deverá ser encaminhada ao Setor de Transporte Escolar para as medidas cabíveis;
- 10.20 Fornecer aos membros do Setor de Transporte Escolar e Fiscalização do Transporte Escolar da Rede Pública deste Município e ao responsável pelo acompanhamento do contrato, quando solicitado, as informações relativas ao disco de registro do tacógrafo, ou equivalente, e demais documentos do veículo e do condutor;
- 10.21 Comunicar à Secretaria de Educação, por escrito, ocorrência de fatos relevantes que venham a ocorrer no decorrer da execução do Contrato, para que esta tome ciência e faça a intervenção necessária;
- 10.22 Afixar, de forma visível e legível, no para-brisa do veículo, ROTA, DESTINOS E TURNO;
- 10.23 Afixar na parte Interna dos veículos, de forma visível e legível, o mapa de cada rota executada por ele, indicando: turno, escolas atendidas e números de alunos previstos;
- 10.24 Afixar na parte interna do veículo, em local visível, material informativo e/ou orientativo fornecido pela Secretaria de Educação;
- 10.25 Manter atualizado o registro do transporte escolar, o cadastro do(s) veículo(s), condutor(es), apresentando e revalidando quaisquer documentos previstos na legislação vigente;
- 10.26 Nos eventos de contratação e/ou substituição de motoristas, se for o caso, comunicar o fator imediatamente à Secretaria de Educação;
- 10.26.1 A comunicação deve acompanhar a qualificação mínima do novo condutor: nome completo, CPF, data de nascimento, número e categoria da CNH, cópia do comprovante de residência, cópia do certificado de aprovação no curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte Escolares, cópia da Certidão Negativa de Interdição (órgãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores;
- 10.27 No caso de substituição de veículo(s), comunicar imediatamente à Secretaria de Educação.
- 10.27.1 A comunicação deve informar as características mínimas para identificação do novo veículo: tipo de veículo (ônibus, micro-ônibus, van ou passeio), marca, modelo, ano de fabricação, quilometragem registrada no hidrômetro, placa, RENAVAM e cópia do Certificado de Registro do Veículo – CRV.
- 10.28 O prestador de serviços deverá estar conectado em tempo integral, pessoalmente ou via telefone fixo/celular, enquanto houver transportes de alunos, disponibilizando-se a comparecer de imediato no local, em caso de acidentes ou ocorrências graves. Caso haja preposto da Contratada, este deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços e por qualquer comunicação junto ao Contratante, mantendo sempre alinhamento operacional de que os contratamentos não interfiram na fiscalização final da prestação de serviço;

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- 11.2 Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços e nas condições e preços pactuados;

- 11.3 Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei;
- 11.4 Providenciar a presença de um monitor para acompanhar as crianças de menor idade, da educação especial ou em outra condição de necessidade e/ou vulnerabilidade no trajeto de ida/volta à escola;
- 11.5 Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para correção de quaisquer irregularidades encontradas, prestando os esclarecimentos e informações sobre o desajustes ou problemas detectados durante a execução contratual;
- 11.6 Quando cabível, aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no contrato, nos termos do item 15 deste Termo de Referência;
- 11.7 Indicar o gestor e o fiscal de contrato;
- 11.8 Fiscalizar o serviço, mantendo todos os contatos com o prepostos designado pela CONTRATADA, a quem competirão as providências que se fizerem necessárias;
- 11.9 Fornecer à contratada todas as informações necessárias, inclusive mapas das rotas municipais, visando propiciar a perfeita execução dos serviços;
- 11.10 Definir as rotas de tráfego dos veículos escolares da frota contratada;
- 11.11 Homologar possíveis ajustes nas rotas detalhadas no projeto técnico anexo a este termo de referência;
- 11.12 Fornecer, à contratada, listas com os nomes dos alunos, por linha de transporte e mantendo-as atualizadas;
- 11.13 Garantir acessibilidade e segurança nas vias utilizadas pelo serviços de transporte escolar;
- 11.14 Promover, por meio do(s) servidor(es) designado(s) pela Secretaria de Educação, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços em especial;
  - 11.14.1 Realização de visitas *in loco*;
  - 11.14.2 Acompanhamento e registro das falhas detectadas na execução do contrato;
  - 11.14.3 Atendimento prioritário às denúncias recebidas para averiguação acerca sua veracidade e tomada de providência;
  - 11.14.4 Realização de medições nas quilometragens das rotas, quando houver necessidade;
  - 11.14.5 Atesto das Notas Fiscais da Contratada;
  - 11.14.6 Atesto das faturas que comprovem a realização dos serviços, bem como a quilometragem percorrida durante o mês correspondente À aferição efetuada;
- 11.15 Rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências normativas e contratuais;
- 11.16 Realizar fiscalização, inclusive sem aviso prévio nos veículos do transporte escolar observando o comportamento dos alunos, motoristas e monitores, condições de tráfego do veículo e cumprimento das normas descritas na Lei Federal nº 9.503/97 – Código Brasileiro de Trânsito, emitindo, se necessário, ofício ao prestador do serviços e ao (à) Secretário(a) de Educação;
  - 11.16.1 A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou seus agentes e prepostos de conformidade com o Art. 70 da lei Federal nº 8.666/1993;
- 11.17 Manter, com o auxílio de informações repassadas pela contratada, cadastro atualizados das escolas e orientar a contratada para fixar essa informação em local visível da parte exterior dos veículos;
- 11.18 Criar canal de comunicação para receber denúncias, sugestões e reclamações da comunidade escolar e orientar a contratada para fixar essa informação visível de parte do exterior dos veículos;
- 11.19 Demais ações necessárias à efetiva e eficaz prestação dos serviços, de acordo com critério de conveniência e oportunidade da administração, considerados pertinentes de acordo com a legislação vigente.



## **12. DOS CONDUTORES**

### **12.1 Das obrigações:**

- 12.1.1 Ter mais de 21 anos;
- 12.1.2 Possuir habilitação para dirigir veículos da carteira “D” ou “E”;
- 12.1.3 Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;
- 12.1.4 Trajar-se adequadamente, usando camisas com mangas, calças compridas, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar;
- 12.1.5 Porta crachá que o identifique;
- 12.1.6 Tratar com urbanidade os estudantes e o público;
- 12.1.7 Aproximar o veículo da guia da calçada para efetuar o embarque e o desembarque de passageiros (estudante);
- 12.1.8 Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- 12.1.9 Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo;
- 12.1.10 Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade da Secretaria Municipal de Educação;
- 12.1.11 Apresentar certidão negativa referente a processos criminais relativos a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;
- 12.1.12 Possuir certificado de conclusão do curso de formação de condutores ou respectiva renovação a cada cinco anos, conforme previsto em lei.

### **12.2 Das vedações:**

- 12.2.1 Fumar, quando estiver conduzindo escolares;
- 12.2.2 Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando escolares, exceto para garantir maior segurança;
- 12.2.3 Abastecer o veículo quando estiver conduzindo escolares;
- 12.2.4 Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos escolares ou de terceiros;
- 12.2.5 Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito;
- 12.2.6 Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;
- 12.2.7 Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado no direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- 12.2.8 Conduzir o veículo sob efeito de bebida alcoólica ou outra substância psicoativa que determine dependência;
- 12.2.9 Utilizar-se de documentação falsa;
- 12.2.10 Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido;
- 12.2.11 Oferecer carona para qualquer pessoa. O veículo é de uso exclusivo de escolares;
- 12.2.12 Transportar combustível ou qualquer outro produto de natureza inflamável, tóxica, entorpecente, etc.;
- 12.2.13 Utilizar qualquer objeto eletroeletrônico, quando o veículo estiver em movimento;
- 12.2.14 Interromper voluntariamente a viagem antes de chegar ao destino final por pressa ou atraso;
- 12.2.15 Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;
- 12.2.16 Permitir que os alunos sejam transportados em pé, em locais inadequados ou fora do permitido em lei;

## **13. DOS VEÍCULOS**

- 13.1 Os veículos destinados ao transporte de alunos deverão atender as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, além das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, pelo Conselho



Estadual de Trânsito – CETRAN, pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, CIRETRAN, e aquelas estabelecidas pela Prefeitura Municipal, cabendo ao contratado adequar-se a elas e suas alterações, observando os prazos nelas previstas;

- 13.2 Os veículos utilizados para prestação do serviço de transporte escolar deverão obedecer à especificação da idade e capacidade a seguir:

Tabela 1: Especificação da Idade e Capacidade do Veículo

Veículos (Idades e Capacidades)		
Tipo de Veículo	Idade Máxima (Conforme data de fabricação)	Capacidade Mínima
Ônibus	10 anos	44 estudantes sentados + 1 motorista
Micro	10 anos	31 estudantes sentados + 1 motorista
Van	8 anos	14 estudantes sentados + 1 motorista
Caminhonete	7 anos	4 estudantes sentados + 1 motorista
Utilitário (tipo dobrô, spin, etc)	5 anos	6 estudantes sentados + 1 motorista
Ônibus (veículo cedido pela Prefeitura)	Conforme disponibilizado pela Prefeitura	
Micro (veículo cedido pela Prefeitura)	Conforme disponibilizado pela Prefeitura	

- 13.3 O veículo deve estar equipado com o registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), devidamente aferido pelo órgão competente;
- 13.4 Todos os veículos que irão prestar o serviço de transporte escolar devem ser equipados com dispositivo de rastreamento veicular que possibilite sua localização em tempo real por meio de portal de acesso na rede mundial de computadores (internet), a ser instalado pela Prefeitura, em conformidade com as especificações técnicas definidas por esta
- 13.5 Os veículos deverão possuir adesivo ou pintura de faixa horizontal na cor amarela com 40 (quarenta) centímetros de largura à meia altura, nas partes laterais e traseira da carroceria, com a Inscrição “ESCOLAR”, com altura de vinte a trinta centímetros.
- 13.5.1 É admitida a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas todas as demais especificações, vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou a utilização de qualquer outro dispositivo que possa reitera-la, de forma temporária ou definitiva;
- 13.6 Os veículos de transporte escolar devem ser vistoriados/inspecionados antes de entrar em serviço e a cada 6 meses – inspeção semestral nos veículos destinados ao transporte de escolares, estabelecida no inciso II, do artigo 136, do CTB e art. 10 da portaria n° 02/2009, do Detran/PE;
- 13.6.1 A vistoria dos veículos deverá ser realizada por empresas/órgãos credenciados pelo Detran/PE e os equipamentos de inspeção aferidos por órgão oficial;
- 13.7 Adicionalmente à inspeção semestral supramencionada, o município realizará vistorias periódicas para verificação das demais exigências legais e, em especial, quanto aos aspectos de segurança, higiene, conservação e comodidade dos usuários, conforme lista de checagem específica, visando a verificação de equipamentos obrigatórios, de segurança e outros exigidos por lei;
- 13.8 Os veículos devem ser substituídos, a qualquer tempo, caso se faça necessário, em virtude de resultado adverso nas vistorias/inspeções dos itens 13.6 e 13.7, de não se apresentarem em boas condições de operação; e/ou de estarem em desacordo com as especificações técnicas de segurança, higiene ou limpeza.

- 13.8.1 O Contratante poderá inspecionar regularmente os veículos e, caso constate alguma irregularidade, notificar a contratada;
- 13.8.2 Ao contratante é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que se enquadrem neste item. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado, sem qualquer ônus adicional ao contratante.

#### 14. DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

- 14.1 A contratada exercerá a fiscalização dos serviços, por meio de gestor e fiscais (administrativos e técnicos, ambos com matrículas), conforme detalhamento a seguir, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo, ainda realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada, efetuando avaliação periódica do serviços:
- 14.1.1 Gestor de Contrato: servidor, com matrícula, designado para coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual;
- 14.1.2 Fiscal Técnico de Contrato: servidor, com matrícula, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto a fiscalização do objeto do contrato; e
- 14.1.3 Fiscal Administrativo do Contrato: servidor, com matrícula, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato;
- 14.2 A contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato;
- 14.2.1 Para realizar a vistoria supramencionada o fiscal da prefeitura avaliará, no mínimo, os critérios constantes na ficha de fiscalização presente no projeto técnico deste termo de referência.
- 14.3 Após recebimento de comunicação formal da contratada e avaliação do pleito, o fiscal do contrato do transporte escolar deverá cientificar a Secretaria de Infraestrutura-Obra da Prefeitura acerca das necessidades de melhoria das vias, de modo a possibilitar o adequado cumprimento da(s) rota(s) do transporte escolar.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

- 15.1 A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para serviços objeto deste Termo de Referência, sujeitando-se às penalidades constantes na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações;
- 15.2 A contratada estará sujeita também as penalidades descritas a seguir, de acordo com a gravidade da falta, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, formalmente justificado, comprovado e aceito pela administração:

*Tabela 2: Resolução do TCE-PE (Manual de Boas Práticas)*

Item	Conduta	Sanção
i	Ocorrência de atraso no horário de busca e/ou entrega dos alunos superior a 15 (quinze) minutos e inferior a 30 (trinta) minutos	Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente, por ocorrência
ii	Ocorrência de atraso no horário de busca e/ou entrega dos alunos superior a 30 (trinta) minutos e inferior a 1 (uma) hora	Multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente, por ocorrência



iii	Ocorrência de atraso no horário de busca e/ou entrega dos alunos superior a 1 (uma) hora, caracterizando inexecução do itinerário correspondente	Multa de 2 vezes o valor diário (C.Fixo + C.V.pav + C.V.npav) do itinerário que deixou de ser executado, por ocorrência
iv	Motorista dirigir-se de forma desrespeitosa aos escolares, recusar-se a percorrer o itinerário previsto, ou, ainda, não executar a contento o serviço que lhe foi determinado	Multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente, por ocorrência
v	Veículo fora de condições adequadas de higiene, limpeza (interna e externa) e conservação	Multa de até 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do custo fixo do veículo correspondente
vi	Descumprimento das especificações constantes no Item 13 do Termo de Referência (dos veículos)	Multa de até 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente
vii	Descumprimento de quaisquer outras cláusulas contratuais não previstas neste item e que possa colocar em risco à segurança dos escolares e/ou terceiros	Multa de até 15,0% (quinze por cento) incidente sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente
viii	Descumprimento de quaisquer outras cláusulas editalícias ou contratuais não previstas neste item	Multa de até 5,0% (cinco por cento) incidente sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente
ix	Execução da respectiva rota sem a ativação do dispositivo de rastreamento	Multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente, para cada ocorrência
x	Danificação/inutilização do dispositivo de rastreamento não decorrente do uso cotidiano (culpa ou dolo do contratado)	Multa no valor da manutenção corretiva ou da substituição do dispositivo

- 15.3 A primeira ocorrência das condutas listadas entre os itens i – v e ix da tabela 7 será punida apenas com advertência formal. A reincidência, dentro do mesmo mês, sujeitará o contratado às penalidades acima estabelecidas.
- 15.4 A reincidência contínua e reiterada de faltas na prestação do serviço sujeitará o contratado À rescisão contratual, além das demais penalidades prestinas nos art. 86 a 88 da Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações.
- 15.5 São exemplos de situações enquadradas no item viii: falta de manutenção preventiva/corretiva, tráfegar com a porta aberta ou com estudante em pé, utilizar veículos ou contratar motoristas não habilitados para serviço de transporte escolar, faltar cinto de segurança para todos os ocupantes, entre outros;
- 15.6 As penalidades previstas nos subitens desta seção, bem como as do edital, têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a contratada da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarrear ao Município ou a terceiros;
- 15.7 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;
- 15.8 A aplicação cumulativa das multas nos subitens antecedentes não podem superar 20% (vinte por cento) do valor total do pagamento ao qual a contratada tiver direito no mês em que ocorreu a infração;
- 15.9 Os valores das multas serão deduzidos dos pagamentos ou inscritos na dívida ativa e cobrados judicialmente na forma autorizada pelo §3º do art. 86 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações;
- 15.10 Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante ou contratado poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, a penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com qualquer órgão da administração;
- 15.11 As sanções e penalidade previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pelas autoridades competentes, assegurados ao contratado ou ao adjudicatário o contraditório e a ampla defesa.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO E LOCAÇÃO DOS VEÍCULOS

- 16.1 Será proibida, sob qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial dos serviços a serem executados;
- 16.2 Os veículos utilizados na contratação poderão ser locados, como equipamentos pela contratada, desde que o contrato de locação seja apresentado dentro de um prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do início dos serviços, ressalvando que os veículos locados deverão obedecer exatamente as mesmas obrigações relacionadas ao longo do presente Termo de Referência.
- 16.2.1 A locação de veículos com motoristas caracteriza subcontratação do serviço de transporte escolar e, portanto, aplica-se a disposto no subitem 16.1.
- 16.3 A contratada é a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive quanto aos veículos locados e à contratação de terceiros, assumindo total responsabilidade pela frota terceirizada, suas condições e pagamento de quaisquer encargos envolvidos na prestação dos serviços objeto deste termo de referência.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1 As despesas correrão por conta dos recursos previstos no orçamento da(s) seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Secretaria Municipal de Educação
Unidade Executora:	Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática:	12 361 1201 2012 0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte:	RECURSOS PRÓPRIOS

Funcional Programática:	12 361 1201 2731 0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDEB 30%
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte:	Fundeb 30%

## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Ao longo do contrato, a Secretaria de Educação poderá destinar novos veículos de sua propriedade à execução do serviço de transporte escolar objeto do presente Termo de Referência;

18.1.1 Ficará a cargo da Secretaria de Educação determinar a ordem de subcontratação dos veículos pelos veículos novos recém incorporados à frota própria da Prefeitura;

18.2 Reserva-se à Secretaria de Educação o direito de anular ou revogar a licitação, visando à legalidade do processo, caso necessário;

18.3 As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pelo Pregoeiro, no local e horário indicados no Edital;

18.4 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente;

18.5 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Termo de Referência e do Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Salgueiro-PE, estado do Pernambuco, para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas;

18.6

18.7 São partes integrantes e indissociáveis deste Termo de Referência Projeto Técnico com tópicos abaixo relacionados:

Salgueiro-PE, 04 de Novembro de 2022.

CARLOS MARCELO ARAÚJO E SÁ  
Secretaria de Educação

**Engenheiro(a)s:**  
Marília Francisca Barreto de Sales Reis  
Cícero Ivan Xavier Araújo  
Francisco Ponciano de Sousa



### TERMO DE REFERÊNCIA – DETALHAMENTO DE ROTA – ANEXO A

ROTA	ITINERARIO	TURNO	UNIVERSITÁRIO (S/N)	Não Pavimentada	Pavimentada	Total	PARADAS	ALUNOS
1	VILA QUEIMADA GRANDE – MANIÇOBA – BAIXIO GRANDE – SERROTE.	M	NÃO	19,49	14,63	34,12	6	18
2	MONTE ALEGRE - SALGUEIRO	M	NÃO	6,74	0,56	7,3	10	22
3	ESC. DOM MALAN – ESC. PAULO FERNANDO - RESIDENCIAL SANTO ANTONIO	T	NÃO	0	4,61	4,61	4	42
4	VARZEA REDONDO – MALHADA CHIKUI CHIKUI – ALAZÃO.	T	NÃO	23,16	2,3	25,46	3	4
5	VILA NEGREIRO – MUTUCA – AREA BRANCA – OITICICA – ESC.BALDUINO – ESC. CLEUZEMI – CRECHE AUDECI GÔES	T	NÃO	10,15	5,32	15,47	8	9
6	ALGODÃO I – ALGODÃO II – DNOCS – ESPINHEIRO – PAULO.	M	NÃO	15,85	19,56	35,41	9	35
7	SITIO PAULO - DNOCS	T	NÃO	12,12	2,79	14,91	2	5
8	PAU FERRO I – VASQUES – ACAUÃ DE CIMA – ACAUÃ DE BAIXO – MELANCIA – COQUEIRO.	M	NÃO	21,62	0	21,62	9	16
9	MELANCIA – ACAUÃ DE II – VASQUES – PAU FERRO I.	T	NÃO	17,91	0	17,91	5	10
10	GARROTE – MONTEVIDEO – VILA SÃO PEDRO – MELANCIA .	T	NÃO	10,4	18,37	28,77	11	50
11	BELA VISTA - IPUEIRA – BARREIROS – TIMBAUBA – CAMARINHA.	M	NÃO	12,2	0	12,2	10	35
12	CAMARINHA – TIMBAUBA – BARREIROS - IPUEIRA – BELA VISTA .	T	NÃO	12,35	0	12,35	10	37
13	Pau Ferro e Malícia	M	NÃO	9,78	2,97	12,75	3	13
14	ESCOLA DOM MALAN – ESCOLA PAULO FERNANDO - IFPE	M	NÃO	0	13,1	13,1	7	103
15	MANIÇOBA –LAGOA RASA – OURO PETO- BAIXIO GRANDE – SERROTE – SOLTA.	M	NÃO	20,23	11,99	32,22	10	23
16	IFPE - SALGUEIRO	INT.	SIM	0	8,13	8,13	10	49
17	IFPE - SALGUEIRO	N	SIM	0	7,13	7,13	9	40



18	SIPAUBA – PEREIRO – SERROTE DO FRADE – MIGUEL MANIÇOBA .	M	NÃO	19,12	5,71	24,83	7	16
19	RIACHO FUNDO – CAXITE – TAMBORIL.	M	NÃO	19,5	6,53	26,03	8	16
20	MIGUEL - CANCELA	T	NÃO	13,59	12,33	25,92	5	8
21	TAMBORIL – CAXITE – LAGOA DA CATINGA – RIACHO FUNDO	T	NÃO	12,05	0	12,05	6	11
22	ESCOLA CLEUZEMI – MARIA NILZA – ANTONIO VIEIRA.	M	NÃO	0,85	7,94	8,79	2	25
23	RETIRO – CONCEIÇÃO – PAULA – GARROTE MORTO – MULUNGU - IFPE	T	SIM	16,38	46,3	62,68	7	16
24	IGREJINHA – TURDILHO – SÍTIO SÍTIO – BARREIRA .	M	NÃO	35,58	1,17	36,75	8	18
25	MASSAPE RODEADOR – SACO DA CANOA – PAULA – IGREJINHA .	T	NÃO	34,03	1,1	35,13	9	41
26	PAULA – SACO DA CANOA – PAUS BRANCO – RODEADOR – MASSAPE.	M	NÃO	36,6	1,18	37,78	9	46
27	CANOVA 28 – CANOVA 25 – CANOVA 25 DOS PÂP – SERROTE – CANOVA – BEZERRO DOS LOPES – CODORNA – ASSENTAMENTO JOSE LUIZ .	M	NÃO	30,1	22,28	52,38	11	21
28	ASSENTAMENTO JOSE LUIZ – CANOVA – SERROTE – CANOVA 25 - CANOVA 28 .	T	NÃO	28,36	22,32	50,68	8	15
29	RIACHO DO JUAZEIRO – BOQUEIRÃO – RETIRO II – RETIRO I – POÇO VERDE .	M	NÃO	23,35	15,16	38,51	10	15
30	MUCAMBO - POÇO VERDE – RETIRO.	T	NÃO	14,8	15,28	30,08	6	10
31	POÇO DA PEDRA – LAGOINHA – JIBOIA – PEDRA DE FOGO.	M	NÃO	23,73	0	23,73	11	16
32	POÇO DA PEDRA – MULUNGU.	M	NÃO	11,63	0	11,63	4	10
33	ANJICO – UMÃS – CONTENDAS - URI	T	SIM	4,42	33,52	37,94	8	14
34	SANTANA – SÍTIOS NOVOS – VARZEA DO RAMO.	M	NÃO	19	0,41	19,41	9	32
35	ESCOLA CLEUZEMI PEREIRA – BALDOINO – DOM MALAN – PAULO FERNANDO.	T	NÃO	1,28	11,1	12,38	2	19
36	ESCOLA PAULO FERNANDO – CLEUZEMI – BALDOINO – MARIA NILZA – DOM MALAN	T	NÃO	3,71	3,22	6,93	1	14

37	PAU FERRO – CURRAL VELHO – MELANCIA – QUIXABEIRA II – QUIXABEIRA I .	M	NÃO	14,12	0,21	14,33	9	32
38	QUIXABEIRA II –MELANCIA – PAU FERRO .	T	NÃO	10,16	0,16	10,32	7	23
39	PENEDO – LETRAS.	M	NÃO	16,8	0,41	17,21	9	27
40	LETRAS - PENEDO	T	NÃO	16,95	0,21	17,16	9	41
41	BAIXIO DA CACIMBINHA – PENEDO – LETRAS.	N	NÃO	16,8	0,45	17,25	5	9
42	BAIXIO DA CACIMBINHA – TAPUIO.	M	NÃO	14,13	0	14,13	6	36
43	TAPUIO – BAIXIO DA CACIMBINHA	T	NÃO	16,9	0	16,9	7	35
44	ESC. PAULO FERNANDO – ESC. DOM MALAN – ESC. OSMUNDO BEZERRA – ESC. DOMINGOS PAULO DE SÁ – ESC. ANTONIO VIERA DE BARROS – CRECHE NOSSA SENHORA – ESC. CONVIVER – PONTEIRA - RIACHO PEQUENO – SABINO – SITIO SITIO – CAIEIRA DE BAIXO – CAIEIRA DE CIMA – ROÇA QUEIMADA – VOLTA – ARIADO – LUNA – LAGOA DO JUNCO MALHADA - JUA	M	NÃO	57,12	5,75	62,87	15	32
45	CAIEIRA – CACHOEIRA – RANCHO NOVO – PONTEIRA – ASA BRANCA .	T	NÃO	30,78	5,65	36,43	5	7
46	BOQUEIRÃO – CONCEIÇÃO – GARROTE MORTO – ALAGOINHA.	M	SIM	22,17	48,51	70,68	6	10
47	MULUNGU – POÇO DA PEDRO – CONCEIÇÃO RETIRO – CANOA	N	NÃO	9,68	52,48	62,16	12	37
48	ESC. PEDRO PAIXÃO ANEXO – ESC. PEDRO PAIXÃO – SIMOA – BAIXIO DO TANQUE – BODE ASSADO – HIPOLITO – QUIXABA II.	M	NÃO	7,64	12,98	20,62	12	52
49	QUIXABA – BODE ASSADO – BAIXIO DO TANQUE – SIMOA – ESC. PEDRO PAIXÃO SEDE – PEDRO PAIXÃO ANEXO	T	NÃO	3,28	13,48	16,76	9	34
50	QUIXABA I – LAGOA DA CATINGA – ABOBOREIRA.	M	NÃO	8,17	11,83	20	4	10
51	QUIXABA I – LAGOA DA CATINGA – ABOBOREIRA.	T	NÃO	7,11	13,91	21,02	4	6

52	ESC. PAULO FERNANDO - CRECHE - ALDECI GÓES - ESC. CLEUZEMI - ESC. BALDOINO - OITICICA - AREIA BRANCA - MUTUCA - VILA NEGREIRO	M	NÃO	9,75	5,52	15,27	5	14
53	ESC. JOAQUIM BARBOSA - OLARIA - RECANTO - SANTANA	N	NÃO	6,51	0,42	6,93	4	6
54	SANTANA - RECANTO - VARZEA DO RAMO I - MULUGU - VARZEA DO RAMO II - BOA ESPERANÇA	T	NÃO	24,83	0,38	25,21	11	22
55	IFPE - URI - POCINHOS - CONTENDAS - CACIMBA VELHA - UMÃS - ANJICO	M	NÃO	4,42	33,53	37,95	5	9
56	ESC. MARIA DALVA - BAIXIO - CONTENDAS - TAMBORIL- POCINHOS.	M	NÃO	3,64	10,38	14,02	11	49
57	POCINHOS - TAMBURIU - CONTENDAS - BAIXIO - ESC. MARIA DALVA	T	NÃO	3,74	10,39	14,13	10	27
58	ESC MARIA DALVA - PAU PRETO - VARZEA REDONDA - SÍTIOS NOVOS	T	NÃO	8,58	0,27	8,85	8	25
59	NOVOS - .ANJICO - UMÃS ( PRAÇA ) - BAIXIO - CONTENDA - BAIXIO DO TANQUE - URI - SALGUEIRO ( RODA DO PREFEITO ) - FACHUSC - IFPE	N	SIM	8,25	39,08	47,33	10	30
60	ESC. MARIA JOSEFA DE SOUSA - FURNAS - BAIXIO GRANDE DOS ALCINO - COQUEIRO - FORMIGA - BAIXIO VERDE .	M	NÃO	32,93	13,3	46,23	9	16
61	ESC. ALBERTO SOARES - ESC. OSMUNDO BEZERRA - ESC. VALDEMAR MENEZES - ESC. DR SEVERINO ALVES DE SA	M	NÃO	0	10,72	10,72	9	45
62	ESC. DR SEVERINO ALVES - ESC. ALBERTO SOARES - ESC. JOSE PONTES - ESC. VALDEMAR MENEZES	T	NÃO	0	9,14	9,14	5	49
63	IFPE - FACHUSC - VILA QUEIMADA GRANDE - SOLTA - SERROTE	N	SIM	19,58	19,25	38,83	4	10
64	ESC. PAULO FERNANDO - ESC. CLEUZEMI PEREIRA - ESC. BALDUINO GOMES - UMARI - LAGOINHA - PENEDO	M	NÃO	25,89	8,5	34,39	4	10
65	PENEDO - LAGOINHA	N	NÃO	14,13	8,08	22,21	4	6

66	COQUEIRO – LAGOINHA – ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA – JIBOIA – MULUNGU – CURTUME	T	NÃO	34,98	1,97	36,95	15	30
67	ESC. JOSE NEU – ESC. JOSE MENDES – COQUEIRO – JATOBA – CRUZEIRO DO SUL - QUEXADA	M	NÃO	14,94	1,91	16,85	8	15
68	QUEXADA – CRUZEIRO DO SUL – JATOBA – BARRINHA – CHAPADA	T	NÃO	15,79	1,62	17,41	8	15
69	ESC. DOMINGOS PAULO DE SA – ESC. ANTONIO VIEIRA – ESC. CONVIVER – PITOMBEIRA – ASSSENTAMENTO JOSE LUIZ DE BARROS - BARAUNA	M	NÃO	39,64	1,11	40,75	3	12
70	ASSENTAMENTO JOSE UIZ DE BARROS – ROCHA QUEIMADA – FORMOSA – LOTEAMENTO ASA BRANCA – FACHUSC – UNIPLAN - IFPE	N	SIM	37,88	5,71	43,59	4	8
71	RUA PIMENTA 4- BARRIGUDA - IFPE	T	SIM	2,24	12,74	14,98	2	2
72	IFPE – FEIJÃO – MONTEVIDEO – PAU FERRO – CAMPINHOS – BELA VISTA – CAMARINHA - TIMBAUBA	T	SIM	10,38	47,64	58,02	11	21
73	TIMBAUBA – CAMARINHA – BELA VISTA – CAPINHOS – PAU FERRRO – MONTEVIDEO - FEIJÃO	M	NÃO	10,38	47,64	58,02	11	19
74	SANTA MARGARIDA – DIVINO – PLANALTO –SÃO FRANCISCO – COPO DE CRISTAL - APAE	M	NÃO	0,85	12,21	13,06	15	18
75	APAE – COPO DE CRISTAL – SÃO FRANCISCO – PLANALTO – DIVINO – SANTA MARGARIDA	T	NÃO	1,79	7,5	9,29	14	16
76	VÁRZEA REDONDA, ALAZÃO, MALHADA DO XIQUE – XIQUE, BARRA DO MULUNGU	M	NÃO	29,31	7,7	37,01	7	21
77	ESC. JOÃO 23 – CRECHE LETICIA ROCHA – ESC. JOSE PONTES – ESC. BALDUINO – CRECHE ALDECIR GOES – SANTO ANTONIO.	M	NÃO	0	10,74	10,74	8	38
78	SANTO ANTONO – ESC. PAULO FERNANDO – ESC. BALDOINO – ESC. JOSE PONTES – ESC. JOÃO 23;	T	NÃO	0	11,17	11,17	5	22

79	PRADO – BARRIGUDA – MANDACARU – PRIMAVERA – CENTRO – AUTO DO CURTUME – CRECHE PERPETUO DO SOCORRO – CENTRO – PLANALTO – ESC. ALBERTO – SOARES – ESC. DR SEVERINO – ESC. JOÃO 23 – ESC. DOM MALAM – ESSC. PAULO FERNANDO. <b>(ALUNOS ESPECIAIS)</b>	M	NÃO	0,56	27,56	28,12	17	8
80	CENTRO – BARRIGUDA – NOVO HORIZONTE – ESC. CLEUZEMI PEREIRA – ESC. PAULO FERNANDO - COPO DE CRSITAL. <b>(ALUNOS ESPECIAIS)</b>	T	NÃO	0	26,74	26,74	10	13
81	IFPE – PAU FERRO	M	SIM	17,76	6,91	24,67	3	4
82	APAE – CENTRO – BAIRRO NOVA HOLINDA – COND.MANDACARU - BARRIGUDA - BRIZA DA SERRA – COHAB – IMPERADOR – PRADO <b>(ALUNOS ESPECIAIS)</b>	M	NÃO	0	16,8	16,8	13	13
83	MATADOURO – BARRIGUDA – COHAB – IMPERADOR – PRIMAVERA – ALTO DAS ABELHAS – PRADO – MATADOURO <b>(ALUNOS ESPECIAIS).</b>	T	NÃO	0	15,98	15,98	16	17
84	SITIO PAULO – DNOCS – IFPE - FACHUSC	N	SIM	12,11	2,79	14,9	2	9
85	ESC. MARIA NILZA – ESC. DOM MALAM – ESC. PAULO FERNANDO – ESC. CLEUZEMI – PEREIRA – ESC. BALDUINO – BANANEIRAS – CALDEIRÃO DAS LETRAS – VASSOURAS – CANOA PE DE SERRA – BEZERRO DOS LOPES .	M	NÃO	13,1	38,76	51,86	7	12
86	BEZERRO DOS LOPES – PE DE SERRA DE GALDINO – CANOA – PE DE SERRA – CALDEIRÃO DAS LETRAS – TABULEIRO – VASSOURAS – INGAZEIRA – ESC. CLEUZEMI – ESC. PAULO FERNANDO – ESC. DOM MALAM – ESC. JOSE PONTES – IFPE .	T	SIM	33,81	41,66	75,47	7	21
87	ESC. PAULO FENANDO – DR SEVERINO – MONTE ALEGRE.	T	NÃO	5,88	3,51	9,39	7	13
88	ESCOLA PAULO FERNANDO - ESCOLA CLEUZEMI PEREIRA -	M	NÃO	4,81	11,6	16,41	3	4

	PEREIRO - SIPAUBA - MARAVILHA							
89	QUIXABA II - BODE ASSADO - HIPÓLITO - BODE ASSADO II - URI - ESCOLA PAULO FERNANDO - FACULDADE ANEXO FACHUSC	N	SIM	5,21	20,03	25,24	5	15
90	BODE ASSADO - HIPÓLITO - QUIXABA I - ABOBOREIRA - URI DE BAIXO - URI - ESCOLA PAULO FERNANDO - APAE - ESCOLA DR SEVERINO	M	NÃO	13,15	21,82	34,97	6	13
91	TIMBAUDA - CAMARINHA - BELA VISTA - CAMPINHOS - CAMPINHOS II - MONTRVIDEO - PARMA - ANEXO FACHUC - FACHUSC	N	SIM	15,54	37,46	53	6	18
92	Curral velho - Pau Ferro - Baixo da Cacimbinha de cima - Baixo da cacimbinha de baixo I - Santana - Santana I - Santana II - Olaria - IF - FACHUSC - Fens.	N	SIM	41,53	9,53	51,06	9	17
93	RESIDENCIAL SANTO ANTONIO - RESIDENCIAL SANTO ANTÔNIO - CONDOMÍNIO MANDACARU - ESCOLA PAULO FERNANDO	N	NÃO	1,33	3,2	4,53	3	16
94	CACHOERINHA - RIACHO DO FOGO - LAGOA DOS ALGODOES - INGAZEIRA - ESCOLA BALDOINO - ESCOLA PAULO FERNANDO - ESCOLA MARIA NILZA	T	NÃO	21,62	13,44	35,06	6	8
95	VILA QUEIMADA GRANDE - VALERIO - PAULO FERNANDO - OSMUNDO BEZERRA - ESCOLA VALDEMAR MENEZES	M	NÃO	3,67	8,99	12,66	2	14
<b>TOTAL</b>				<b>1.342,40</b>	<b>1.128,44</b>	<b>2.470,84</b>	<b>708,00</b>	<b>2.035,00</b>

**TERMO DE REFERÊNCIA – MAPA DE GEOREFERENCIAMENTO POR ROTA (arquivo PDF - ) – ANEXO B**  
**MÉMORIA DE CÁLCULO (cotações de preços/ composição de custos/BDI -**  
**MEI/ME/EPP) – ANEXO C**  
**PROJETO TÉCNICO/ MEMORIAL DESCRITIVO – ANEXO D**

**NOTA: OS ARQUIVOS ACIMA CITADOS ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS EM MEIO DIGITAL**

CARLOS MARCELO ARAÚJO E SÁ  
Secretaria de Educação

**Engenheiro(a)s:**  
Marília Francisca Barreto de Sales Reis  
Cícero Ivan Xavier Araújo  
Francisco Ponciano de Sousa



## ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 010/ 2022

Pregão Eletrônico nº 06/ 2022

Razão Social do Proponente:

CNPJ:

Inscrição Estadual:.

Endereço

Telefone:

E-mail:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO

Prezados Senhores, vimos pela presente, apresentar proposta de preço referente a contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de transporte escolar dos estudantes da rede pública de ensino do Município de Salgueiro-PE a fim de suprir as necessidades da Secretaria de Educação bem como, atender de forma complementar alunos da Fachusc, IFPE e outras instituições de ensino do interesse do município, conforme detalhamento deste Termo de Referência.

ITEM/ ROTA	VEÍCULO PROJETAD O	NÃO PAVIMENTADA (KM)	PAVIMENTA DA (KM)	PREÇO FIXO	PREÇO KM NÃO PAVIMENTA DO	PREÇO KM PAVIMENTA DO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
01								
02								
03	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
04								
05								
06								
07								
08								
09								
10								
11								



12								
13								
14	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
15	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
16								
17	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
18								
19								
20								
21								
22	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
23								
24								
25								
26								
27								
28								
29								
30								
31								
32								
33								
34	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
35	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						



36	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
37								
38								
39	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
40	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
41								
42	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
43	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
44								
45								
46								
47								
48								
49								
50								
51								
52								
53								
54	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
55								
56								
57								
58								
59								



60								
61	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
62	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
63								
64								
65								
66								
67								
68								
69								
70								
71								
72								
73								
74								
75								
76								
77	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
78	VEÍCULO PRÓPRIO PMS	AMARELINH O						
79								
80								
81								
82								
83								

84								
85								
86								
87								
88								
89								
90								
91								
92								
93								
94								
95								
TOTAL GERAL								R\$

A validade da presente proposta é de [qtd. dias] (por extenso) dias, contados da data de sua apresentação e/ ou abertura do envelope de propostas (Mínimo de 60 dias).

DECLARO que o preço acima indicado contempla os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.

DECLARO sob pena da Lei, que o(s) serviço(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações exigidas no Termo de Referência e seus Anexos.

Salgueiro, (data) de [mês] de [ano].  
(Indicar localidade e data)

\_\_\_\_\_  
[representante legal da empresa] [nº do CPF]

Obs: a) A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da Empresa. Obs: O licitante vencedor deverá apresentar memória de cálculo da sua composição de custos para cada tipo de veículo (conforme modelo disponibilizado pela Prefeitura em meio digital no link a seguir <https://www.salgueiro.pe.gov.br/servicos-licitacoes.html>).

b) As rotas destacadas em amarelo, são rotas destinadas à frota própria do município e foram informadas nos Projetos Básicos e planilhas de composição de custos com o objetivo de garantir transparência ao processo. Desta forma, não será aberta disputa para os referidos itens.

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, ACEITAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

À  
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE.  
Processo Licitatório nº 010/ 2022  
Pregão Eletrônico nº 06/ 2022

Prezados Senhores,

Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos conhecimento e aceitação às exigências do Inciso VII, artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520/2002 e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Empresa e assinatura do responsável legal)

#### ANEXO IV –

#### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO AO REQUISITOS DA LC 123/2006

Eu, [nome do representante legal da empresa], portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº [nº do R.G.] - [órgão expedidor] e do CPF/MF nº [nº do CPF], representante da empresa [nome da empresa], CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, na condição de [MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE], declaro que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresento em documento anexo, [CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (CCMEI) ou CONTRATO SOCIAL].

Salgueiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
[Representante legal da empresa]  
[CPF]

OBS: 1- Observar as disposições constantes no item 11 do edital.



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS

Processo Licitatório nº 010/ 2022

Pregão Eletrônico nº 06/ 2022

[Nome da Empresa], CNPJ nº [nº do CNPJ], sediada na [endereço da empresa], [nº], [bairro], CEP [nº CEP], [Município], por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2022 – Prefeitura de Salgueiro/PE. DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8666/1993, com redação determinada pela Lei Federal nº 9.854/1999.
- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei Federal nº 8666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).
- Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Salgueiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
[representante legal da empresa] [CPF]

## ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SALGUEIRO E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA], NA FORMA QUE SEGUE.

**O MUNICÍPIO/ESTADO DE SALGUEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na [endereço completo da prefeitura], regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o nº [nº do CNPJ], através da Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a), [nome do prefeito(a)], e ainda através da Secretaria de Educação, neste ato representada pelo(a) Secretário(a), Sr(a). [nome do secretário(a)], portador(a) da Cédula de Identidade nº [nº do R.G.], expedida pelo(a) [órgão expedidor do R.G.], inscrito no CPF/MF sob o nº [nº do CPF], doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a [nome da empresa], pessoa jurídica de direito privado, com endereço na [endereço completo da empresa], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [nº do CNPJ], neste ato legalmente representada por seu(ua) procurador(a), o(a) Sr(a). [nome do representante legal da empresa ou seu procurador], [qualificação: procurador, sócio etc.], portador da Cédula de Identidade nº [nº do R.G.], expedida pelo(a) [órgão expedidor do R.G.] e inscrito no CPF/MF sob o nº [nº do CPF], doravante denominado simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com Processo Licitatório nº 010/2022, Pregão Eletrônico nº 006/2022, e mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de transporte escolar dos estudantes da rede pública de ensino do Município de Salgueiro-PE a fim de suprir as necessidades da Secretaria de Educação bem como, atender de forma complementar alunos da Fachusc, IFPE e outras instituições de ensino do interesse do município, conforme detalhamento deste Termo de Referência, nas quantidades e especificações constantes do Edital do

Processo Licitatório nº 010/2022 , Pregão Eletrônico nº 006/2022, e conforme proposta de preços da empresa ora contratada.

Parágrafo Primeiro - A presente contratação visa o atendimento às rota(s) [nº da rota], que, conforme Edital da Licitação, atende as seguintes localidades do município:[lista das localidades atendidas]

Parágrafo Segundo - A rota ora contratada possui [distância] quilômetros em vias pavimentadas e [distância] quilômetros em vias não pavimentadas, totalizando [distância] quilômetros a serem percorridos por dia.

O presente Contrato vincula-se aos termos:

- a. Do Edital do Procedimento Licitatório que deu origem a esta contratação; e
- b. Da proposta da Contratada.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para realização deste instrumento são oriundos da Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo descrito:

Órgão	Secretaria Municipal de Educação
Unidade Executora:	Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática:	12 361 1201 2012 0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Elemento de Despesa:	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte:	RECURSOS PRÓPRIOS
Funcional Programática:	12 361 1201 2731 0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDEB 30%
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte:	Fundeb 30%

### CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

O preço total ora contratado é de R\$( ), sendo detalhado na Proposta de Preço vencedora do referido processo licitatório.

Parágrafo Primeiro – Para fazer face à presente despesa foi emitida a Nota de Empenho nº [nº do empenho], datada de [data].

Parágrafo Segundo – O valor estipulado na presente cláusula não implica previsão de crédito para a contratada, que somente fará jus aos valores referentes aos serviços efetivamente executados.

Parágrafo Terceiro – A empresa apresentará a garantia contratual correspondente a 3% (três por cento) do valor do objeto ora contratado, sob a forma de [espécie / fiança / seguro], no valor de R\$ [valor em algarismos] ([valor por extenso]), válida até 30 (trinta) dias após o término do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do instrumento

### CLÁUSULA QUARTA – PRAZO

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato; Os preços para a execução dos serviços objeto do contrato poderá ser reajustado anualmente, sendo o primeiro reajuste concedido após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta.

Parágrafo Primeiro – Aplicar-se-á a modalidade de reajuste paramétrico, conforme estabelecido Termo de Referência anexo do edital do processo licitatório.

Parágrafo Segundo – As condições referentes a reajustamentos de preços poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais sobre a matéria.

### CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Ordem de Serviço definirá a data de início da execução contratual e será emitida com antecedência mínima de 30 dias desta data.

Parágrafo Primeiro: Nos preços contratados encontram-se incluídas todas as despesas decorrentes de fretes, seguros, taxas, impostos e encargos sociais que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o custo do objeto ora contratado.

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser efetuada com estrita observância do estabelecido no texto do Edital de Licitação e seus respectivos anexos, obedecendo-se às exigências contidas em suas especificações, bem como estar de acordo com a legislação pertinente ao objeto ora contratado.

Parágrafo Terceiro: Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, a Secretaria [indicar a secretaria] designa o(a) Sr(a). [nome do servidor], para ser o(a) gestor(a), e o(a) Sr(a). [nome do servidor], para ser o(a) fiscal do contrato, informando à CONTRATADA, previamente, através de comunicação escrita, o(s) nome(s) deste(s) servidor(es).

Parágrafo Quarto: O servidor ou comissão designada pela autoridade competente para proceder ao recebimento

dos equipamentos/serviços ora licitados o fará mediante verificação, a fim de constatar se está(ão) sendo apresentado(s) conforme o licitado, não se caracterizando, neste ato, a aceitação.

## **CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços, por meio do gestor e fiscais (administrativos e técnicos), conforme detalhado a seguir, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada, efetuando avaliação periódica do serviço.

Gestor do Contrato: Sr(a) [nome do gestor], Matrícula: [nº], CPF: [nº do CPF]

Fiscal Técnico do Contrato: Sr(a) [nome do fiscal], Matrícula: [nº], CPF: [nº do CPF]

Fiscal Administrativo do Contrato: Sr(a) [nome do fiscal], Matrícula: [nº], CPF: [nº do CPF].

Parágrafo Primeiro - A fiscalização exercerá todos os atos necessários à verificação do cumprimento das especificações do objeto deste contrato e visa garantir a conformidade, qualidade, eficiência, pontualidade, segurança e continuidade, podendo a CONTRATANTE tomar quaisquer decisões, nos termos da Lei e deste contrato, para assegurar a adequada execução do objeto contratado, inclusive rescisão contratual;

Parágrafo Segundo - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo Terceiro - A contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato;

Parágrafo Quarto - Para realizar a vistoria supramencionada o fiscal da prefeitura avaliará, no mínimo, os critérios constantes na ficha de fiscalização presente no projeto técnico deste termo de referência.

Parágrafo Quinto - Após recebimento de comunicação formal da contratada e avaliação do pleito, o fiscal do contrato do transporte escolar deverá cientificar a Secretaria de Infraestrutura-Obra da Prefeitura acerca das necessidades de melhoria das vias, de modo a possibilitar o adequado cumprimento da(s) rota(s) do transporte escolar.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da fatura e, com o devido atesto pelo setor competente da secretaria solicitante, bem como após a apresentação da nota fiscal de serviço e da comprovação do adimplemento, se for o caso, da folha de pagamento dos funcionários envolvidos na execução do contrato.

Parágrafo Primeiro – A fatura discriminativa deverá ser encaminhada mensalmente à secretaria solicitante a partir do primeiro dia útil posterior à execução dos serviços, para visto e atesto do setor competente, prorrogando-se o prazo de pagamento, sem ônus ou acréscimos, na mesma proporção de eventual atraso ocorrido no encaminhamento da fatura;

Parágrafo Segundo – Para efetivação do pagamento a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente atualizados:

I - Nota Fiscal relativa aos serviços executados;

II - Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei Federal nº 12.440/2011;

IV - GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social) e Folha de pagamento de todos os funcionários do mês anterior, se aplicável;

V - Relatório de execução do serviço de transporte escolar contendo, no mínimo: período de prestação do serviço, número da rota, escolas atendidas, código identificador do veículo, placa do veículo, distância percorrida (detalhando a necessidade de ajuste mensal, como atividades extra classe, caso seja necessário), número de dias letivos no período, número de alunos médio diário e atestado pelo fiscal do contrato;

VI - Registro e Autorização de Transporte Escolar e a respectiva vistoria obrigatória de transporte escolar do Detran/PE, quando aplicável ;

VII - Comprovante de pagamento das apólices de seguro de responsabilidade civil, quando aplicável;

Parágrafo Terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

Parágrafo Quarto - A data-base a ser considerada, caso haja reajustamento, será a da apresentação da proposta de preços, se for o caso. Parágrafo Quarto – O pagamento será realizado mensalmente por rota efetivamente contratada e executada, inclusive nos meses de férias escolares, conforme estabelecido no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES**

Das obrigações

### **1.1. Da contratada:**

- 1.2. Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualização, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o previsto na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes neste Termo de Referência e no Edital;
- 1.3. Garantir que o(s) veículo(s), bem como o(s) seu(s) condutor(es), atenda(m) a todas as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT), do CONTRAN, Denatran e Detran/PE;
- 1.4. Observar rigorosamente os horários e rotas determinados pelo Município para cumprimento do calendário escolar, garantindo que os alunos estejam na unidade escolar com pelo menos 5 (cinco) minutos de antecedência ao início das aulas;
- 1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 1.6. Arcar com todas as despesas diretas/indiretas, encargos e tributos necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato, inclusive pagamentos relacionados a eventuais acidentes de trabalho e danos de qualquer espécie;
- 1.7. Em conformidade com as especificações definidas pela Prefeitura, permitir a instalação de dispositivo de rastreamento por satélite em toda a frota utilizada para prestar serviço de transporte escolar objeto do presente termo de referência;
- 1.8. Disponibilizar para Secretaria de Educação livre acesso ao dispositivo de rastreamento instalado no(s) veículo(s), de tal forma que a fiscalização do contrato e a empresa responsável possam efetuar manutenção e/ou ajustes, quando necessário;
- 1.9. Manter o dispositivo de rastreamento em operação (ativo/ligado) durante todo o horário em que estiver executando o serviço de transporte escolar ou à disposição da Secretaria de Educação;
- 1.10. Transportar os alunos devidamente sentados e com cinto de segurança;
- 1.11. Atender aos requisitos de manutenção necessários para garantir a segurança e a qualidade na prestação do serviço de transporte escolar (incluindo os serviços de funilaria e pintura), mantendo

- em perfeito estado de funcionamento os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito;
- 1.12. Providenciar o imediato transporte dos escolares sempre que determinado veículo for imobilizado por problemas técnicos ou de segurança, viabilizando, par isso, meio de transporte adequado e seguro para condução dos estudantes;
  - 10.11.1 Caso ocorra quebra do veículo, defeito mecânico, ou algum outro impedimento, deverá a Contratada providenciar, imediatamente e as suas expensas, outro veículo, nas mesmas condições exigidas nesta licitação.
  - 1.13. Substituir, imediatamente o motorista por outro igualmente qualificado em casos eventuais e doenças e outros afastamentos motivados incluindo inadequações dos serviços;
  - 1.14. Informar imediatamente à Secretaria de Educação eventuais alterações nas rotas estabelecidas, em virtude de impedimento de vias, restrições de acesso à localidades, entre outros;
  - 1.15. Prestar informações à Secretaria de Educação, quando solicitado, ou sempre que observada comportamentos inadequados que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em riscos outros usuários ou terceiros durante a viagem;
  - 1.16. Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade de trânsito, bem como dos fiscais da Secretaria de Educação;
  - 1.17. Submeter os veículos à vistoria, sempre que solicitado pelo DETRAN/PE ou pela Secretaria de Educação, ou nas datas periodicamente previstas na legislação pertinente;
  - 1.18. Responsabilizar-se pelos danos causados à contratante, ao condutor, aos alunos ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados, isentando o contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos;
  - 1.19. Responsabiliza-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço desta Prefeitura;
  - 1.20. Manter os cintos de segurança em condições de uso e em quantidade compatível ao número de alunos transportados;
    - 1.20.1. Caso os alunos se recusem a utilizar o equipamento de segurança, cabe a Contratada notificar, por escrito, a Unidade Escolar na qual o aluno está matriculado, para que a ocorrência seja encaminhada ao pai/responsável e aos órgãos competentes. A mesma ocorrência também deverá ser encaminhada ao Setor de Transporte Escolar para as medidas cabíveis;
  - 1.21. Fornecer aos membros do Setor de Transporte Escolar e Fiscalização do Transporte Escolar da Rede Pública deste Município e ao responsável pelo acompanhamento do contrato, quando solicitado, as informações relativas ao disco de registro do tacógrafo, ou equivalente, e demais documentos do veículo e do condutor;
  - 1.22. Comunicar à Secretaria de Educação, por escrito, ocorrência de fatos relevantes que venham a ocorrer no decorrer da execução do Contrato, para que esta tome ciência e faça a intervenção necessária;
  - 1.23. Afixar, de forma visível e legível, no para-brisa do veículo, ROTA, DESTINOS E TURNO;
  - 1.24. Afixar na parte Interna dos veículos, de forma visível e legível, o mapa de cada rota executada por ele, indicando: turno, escolas atendidas e números de alunos previstos;
  - 1.25. Afixar na parte interna do veículo, em local visível, material informativo e/ou orientativo fornecido pela Secretaria de Educação;
  - 1.26. Manter atualizado o registro do transporte escolar, o cadastro do(s) veículo(s), condutor(es), apresentando e revalidando quaisquer documentos previstos na legislação vigente;
  - 1.27. Nos eventos de contratação e/ou substituição de motoristas, se for o caso, comunicar o fator imediatamente à Secretaria de Educação;

- 1.27.1. A comunicação deve acompanhar a qualificação mínima do novo condutor: nome completo, CPF, data de nascimento, número e categoria da CNH, cópia do comprovante de residência, cópia do certificado de aprovação no curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte Escolares, cópia da Certidão Negativa de Interdição (órgãos e sucessões) e do registro de distribuição criminal relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores;
- 1.28. No caso de substituição de veículo(s), comunicar imediatamente à Secretaria de Educação.
  - 1.28.1. A comunicação deve informar as características mínimas para identificação do novo veículo: tipo de veículo (ônibus, micro-ônibus, van ou passeio), marca, modelo, ano de fabricação, quilometragem registrada no hidrômetro, placa, RENAVAM e cópia do Certificado de Registro do Veículo – CRV.
- 1.29. O prestador de serviços deverá estar conectado em tempo integral, pessoalmente ou via telefone fixo/celular, enquanto houver transportes de alunos, disponibilizando-se a comparecer de imediato no local, em caso de acidentes ou ocorrências graves. Caso haja preposto da Contratada, este deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços e por qualquer comunicação junto ao Contratante, mantendo sempre alinhamento operacional de que os contratamentos não interfiram na fiscalização final da prestação de serviço;

#### 1.1. Da contratante:

- 1.2.1. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- 1.2.2. Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços e nas condições e preços pactuados;
- 1.2.3. Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei;
- 1.2.4. Providenciar a presença de um monitor para acompanhar as crianças de menor idade, da educação especial, ou em outra condição de necessidade e/ou vulnerabilidade no trajeto de ida/volta à escola;
- 1.2.5. Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para correção de quaisquer irregularidades encontradas, prestando os esclarecimentos e informações sobre os desajustes ou problemas detectados durante a execução contratual;
- 1.2.6. Quando cabível, aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato, no termos do TR;
- 1.2.7. Indicar o gestor e os fiscais do contrato;
- 1.2.8. Fiscalizar o serviço, mantendo todos os contatos com o preposto designado pela CONTRATADA, a quem competirá às providências que se fizerem necessárias;
- 1.2.9. Fornecer à contratada todas as informações necessárias, inclusive mapas das rotas municipais, visando propiciar a perfeita execução dos serviços;
- 1.2.10. Definir as rotas de tráfego dos veículos escolares da frota contratada;
- 1.2.11. Homologar possíveis ajustes nas rotas detalhadas no **Termo de Referência**;
- 1.2.12. Fornecer, à Contratada, listas com os nomes dos alunos, por linha de transporte, mantendo-as atualizadas;
- 1.2.13. Garantir acessibilidade e segurança nas vias utilizadas pelo serviço de transporte escolar;
- 1.2.14. Promover, por meio do(s) servidor(es) designado(s) pela Secretaria de Educação, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, em especial:
- 1.2.15. Realização de visitas *in loco*;



- 1.2.16. Acompanhamento e registro das falhas detectadas na execução do contrato;
- 1.2.17. Atendimento prioritário das denúncias recebidas para averiguação acerca sua veracidade e tomada de providências;
- 1.2.18. Realização de medições nas quilometragens das rotas, quando houver necessidade;
- 1.2.19. Atesto das Notas Fiscais da contratada;
- 1.2.20. Atesto das faturas que comprovem a realização dos serviços, bem como a quilometragem percorrida durante o mês correspondente à aferição efetuada.
- 1.2.21. Rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências contratuais;
- 1.2.22. Realizar fiscalização, inclusive sem aviso prévio, nos veículos do transporte escolar, observando o comportamento dos alunos, motoristas e monitores, condições de tráfego do veículo e cumprimento das normas descritas na Lei Federal nº 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito, emitindo se necessário ofício ao prestador do serviço e ao(à) Secretário(a) de Educação;
- 1.2.23. A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8666 de 1993;
- 1.2.24. Manter, com o auxílio de informações repassadas pela contratada, cadastro atualizado das escolas, alunos, rotas, frota, motoristas e monitores no Sistema de Gestão do Transporte Escolar;
- 1.2.25. Criar canal de comunicação para receber denúncias, sugestões e reclamações da comunidade escolar e orientar a contratada para fixar essa informação em local visível da parte exterior dos veículos;
- 1.2.26. Demais ações necessárias à efetiva e eficaz prestação dos serviços, de acordo com o critério de conveniência e oportunidade da Administração, considerados pertinentes de acordo com a legislação vigente.

## **CLÁUSULA NONA – SANÇÕES**

A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para os serviços objeto desta contratação, sujeitando-se às penalidades constantes na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e resumidas a seguir

I Ocorrência de atraso no horário de busca e/ou entrega dos alunos superior a 15 (quinze) minutos e inferior a 30 (trinta) minutos

Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente

ii Ocorrência de atraso no horário de busca e/ou entrega dos alunos superior a 30 (trinta) minutos e inferior a 1 (uma) hora

Multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente

iii Ocorrência de atraso no horário de busca e/ou entrega dos alunos superior a 1 (uma) hora, caracterizando inexecução do itinerário correspondente

Multa de 2 vezes o valor diário (C.Fixo + C.V.pav + C. V.npav) do itinerário que deixou de ser executado

iv Motorista dirigir-se de forma desrespeitosa aos escolares, recusar-se a percorrer o itinerário previsto, ou, ainda, não executar a contento o serviço que lhe foi determinado

Multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente

v Veículo fora de condições adequadas de higiene, limpeza (interna e externa) e conservação

Multa de até 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do custo fixo do veículo correspondente

vi Descumprimento das especificações constantes do Termo de Referência (dos veículos)

Multa de até 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente

vii Descumprimento de quaisquer outras cláusulas contratuais não previstas neste item e que possa colocar em risco a segurança dos escolares e/ou terceiros

Multa de até 15,0% (quinze por cento) incidente sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente

viii Descumprimento de quaisquer outras cláusulas editalícias ou contratuais não previstas neste item

Multa de até 5,0% (cinco por cento) incidente sobre o valor da medição do mês para a rota correspondente.

Parágrafo Primeiro – A cobrança de multa será feita mediante desconto nas faturas, ou, não sendo possível obter o seu valor, judicialmente.

Parágrafo Segundo – As multas de que tratam esta cláusula serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo Terceiro – Na aplicação de qualquer sanção será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa, devendo qualquer contestação sobre a aplicação de penalidades ser feita por escrito

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, nos casos enumerados no artigo 78, e na forma prevista no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, incidindo sobre a CONTRATADA as sanções estabelecidas em lei e no presente instrumento.

Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos valores dos serviços executados e aceitos. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

Parágrafo Primeiro – A rescisão contratual motivada por culpa da contratada, garantida a prévia defesa, acarretará multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, independente das sanções dispostas no presente instrumento, e independente das demais sanções civis e penais cabíveis.

Parágrafo Segundo – RESCISÃO BILATERAL – Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos dos incisos XIII a XVI, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADITAMENTO**

Os serviços contratados poderão ser acrescidos ou suprimidos dentro dos limites previstos no § 1º do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, mediante a formalização de Termo Aditivo a este contrato.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até o limite facultado pela Lei, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do § 2º, Inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme redação introduzida pela Lei Federal nº 9.648/98.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de [nome do município], Estado de Pernambuco, como único competente para conhecer e dirimir qualquer ação ou execução oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Salgueiro, (dia) de (mês) de (ano)

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

\_\_\_\_\_  
Gestor do Contrato

\_\_\_\_\_  
Fiscal do Contratada



**Salgueiro**  
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor  
e trabalho.*